



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DE SÃO PAULO

3º SIMULADO

Oficial de Promotoria



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- Boa sorte!



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **15 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de provas.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infundas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Ainda que só tenhamos o primeiro parágrafo do texto, pelo que nele vai escrito e por sua veiculação em jornal de prestígio, podemos inferir que sua finalidade maior é:

- A) criticar o ufanismo do escrivão da frota de Cabral;
- B) denunciar o desperdício de água em todo o país;
- C) defender políticas públicas de preservação de minerais;
- D) alertar para a falta de água nas cidades e no campo;
- E) aconselhar medidas de preservação da água.

2 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infundas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

O segmento do texto abaixo que apresenta a propalada objetividade jornalística no tratamento do tema é:

- A) “na deslumbrada primeira visão de nossa terra”;
- B) “o empolgado escrivão da frota de Cabral”;
- C) “as águas da nova colônia eram não só muitas, mas ‘infundas’”;
- D) “com sua bela carta de apresentação”;
- E) “poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento”.

3 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Quanto ao emprego ou omissão da vírgula, houve afastamento da orientação gramatical em:

- A) “na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral,...”;
- B) “não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”;
- C) “só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento...”;
- D) “cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo”;
- E) “e também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral”.

4 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Uma das regras de emprego da vírgula é para marcar a omissão de uma forma verbal; o segmento abaixo em que isso ocorre no texto é:

- A) “Nos canos e nas torneiras, nem uma gota”.
- B) “O rodízio no abastecimento força lugares com grandes aglomerações, como shopping centers e faculdades, a fechar”.
- C) “As chuvas abundantes da estação não vieram, as obras em andamento tardarão a ter efeito e o desperdício continuou alto”.
- D) “Por isso, São Paulo e várias cidades vizinhas,...”.
- E) “...que formam a maior região metropolitana do país, entram na mais grave crise de falta d’água da história”.

5 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infundas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Observando os pares “empolgado escrivão”, “ancestrais lusitanos” e “políticas públicas”, podemos constatar, no emprego de adjetivos, que todos os elementos dessa classe:

- A) podem trocar de posição com o substantivo;
- B) modificam o sentido quando antepostos;
- C) apresentam variação de grau;
- D) indicam a opinião do enunciador;
- E) referem-se a termos de função substantiva.

6 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infundas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

No segmento “as águas da nova colônia eram não só muitas, mas ‘infundas’” há uma adição de dois termos; esse mesmo tipo morfosintático de adição se repete em:

- A) “lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento”;
- B) “esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade”;
- C) “desperdício explícito nas cidades e no campo”;
- D) “e também na timidez de políticas públicas”;
- E) “políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral”.

7 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infundas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Millôr Fernandes disse certa vez que “Beber é mal, mas é muito bom”. (FERNANDES, Millôr. Mais! Folha de S.Paulo, 5 ago. 2001, p. 28.) Sobre o emprego do vocábulo “mal” nesse pensamento, pode-se afirmar que:

- A) se opõe semanticamente a “bom”;
- B) pertence à mesma classe gramatical de “bom”;
- C) está grafado erradamente;
- D) exemplifica um caso de derivação imprópria;
- E) compõe um jogo humorístico de palavras com “bom”.

8 - (3º Simulado Geral)

TEXTO 2 – LAR DO DESPERDÍCIO

De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.

O banheiro é onde há mais desperdício. A simples descarga de um vaso sanitário pode gastar até 30 litros de água, dependendo da tecnologia adotada. Uma das mais econômicas consiste numa caixa d'água com capacidade para apenas seis litros, acoplada ao vaso sanitário. Sua vantagem é tanta que a prefeitura da Cidade do México lançou um programa de conservação hídrica que substituiu 350 mil vasos por modelos mais econômicos. As substituições reduziram de tal forma o consumo que seria possível abastecer 250 mil pessoas a mais. No entanto, muitas casas no Brasil têm descargas embutidas na parede, que costuma ter um altíssimo nível de consumo. O ideal é substituí-las por outros modelos.

O banho é outro problema. Quem opta por uma ducha gasta até 3 vezes mais do que quem usa um chuveiro convencional. São gastos, em média, 30 litros a cada cinco minutos de banho. O consumidor - doméstico, industrial ou agrícola - não é o único esbanjador. De acordo com a Agência Nacional de Águas, cerca de 40% da água captada e tratada para distribuição se perde no caminho até as torneiras, devido à falta de manutenção das redes, à falta de gestão adequada do recurso e ao roubo.

Esse desperdício não é uma exclusividade nacional. Perdas acima de 30% são registradas em inúmeros países. Há estimativas de que as perdas registradas na

Cidade do México poderiam abastecer a cidade de Roma tranquilamente. (Ambientebrasil, outubro de 2014)

O título dado ao texto – Lar do desperdício – se justifica pelo fato de:

- A) o Brasil ser um país de maior desperdício de água;
- B) as habitações domésticas não terem aparelhagens modernas;
- C) os lares mostrarem situações variadas de desperdício;
- D) as perdas de água ocorrerem em todo o planeta, nosso lar;
- E) todas as classes sociais concorrerem para o desperdício.

9 - (3º Simulado Geral) “De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.”

No início do segundo período do texto 2 ocorre a presença da conjunção mas; trata-se de uma conjunção adversativa, e o ponto que serve de elemento de oposição é:

- A) a situação de desperdício detectada pela ONU e a situação de desperdício no Brasil;
- B) o consumo de água nos países desenvolvidos e o consumo de água das classes mais ricas do Brasil;
- C) o descuido com a água nos países ricos e o cuidado com a água nos países pobres;
- D) o consumo de água nos países mais ricos e o consumo de água em alguns países pobres, como o Brasil;
- E) o cuidado com a água nos países desenvolvidos e o descuido com o consumo nos países subdesenvolvidos.

10 - (3º Simulado Geral) “De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.”

Nesse segmento do texto, entre os conectores destacados, aquele que apresenta seu valor semântico de forma correta é:

- A) de acordo com / proporcionalidade;
- B) que / explicação;
- C) como / conclusão;
- D) ou / adição;
- E) com / companhia.

11 - (3º Simulado Geral) Considerando os dois termos sublinhados, é correto afirmar que temos diferentes classes de palavras na seguinte opção:

- A) “consumem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população...”;
- B) “o ideal é substituí-las por outros modelos. O banho é outro problema”;
- C) “quem opta por uma ducha gasta até 3 vezes mais do que quem usa um chuveiro convencional”;
- D) “cerca de 40% da água captada e tratada para distribuição se perde no caminho até as torneiras, devido à falta de manutenção das redes, à falta de gestão adequada...”;
- E) “cerca de 40% da água captada e tratada para distribuição se perde no caminho até as torneiras, devido à falta de manutenção das redes, à falta de gestão adequada do recurso e ao roubo”.

12 - (3º Simulado Geral) Para que os argumentos utilizados no texto 2 contra o desperdício de água no ambiente doméstico sejam eficientes, o autor do texto apela principalmente para:

- A) testemunhos de autoridade, como, por exemplo, a citação da ONU no primeiro parágrafo;
- B) estratégias de intimidação, aludindo à falta de água num futuro próximo;
- C) diferentes opiniões do enunciador, misturadas a vozes alarmistas;
- D) exemplo de experiência bem sucedida no combate ao desperdício;
- E) afetividade, mostrando a Terra como um ser vivo, a quem se maltrata diariamente.

13 - (3º Simulado Geral)

TEXTO 3



Um banho quente de chuveiro elétrico de 15 minutos consome 135 litros de água. Um banho por 5 minutos, fechando o registro para se ensaboar, consome apenas 45 litros

A frase “fechando o registro”, reescrita de forma a substituir a oração reduzida por desenvolvida, assume, com correção, a seguinte forma:

- A) a fim de que se feche;
- B) após fechar-se o registro;
- C) enquanto se fecha o registro;
- D) caso se feche o registro;
- E) embora se feche o registro.

14 - (3º Simulado Geral) O texto deve ser classificado como:

- A) instrucional, já que dá instruções de como banhar-se;
- B) didático, já que ensina os usuários a tomar banho;
- C) publicitário, pois tenta convencer o leitor a economizar;
- D) narrativo, pois relata a sucessão de ações no banho;
- E) argumentativo, pois defende banhos menos longos.

15 - (3º Simulado Geral) O vocábulo abaixo do texto, que é classificado como modalizador por inserir uma opinião do enunciador sobre o assunto veiculado, é:

- A) apenas;
- B) consome;
- C) quente;
- D) elétrico;
- E) ensaboar.

16 - (3º SIMULADO GERAL)

TEXTO 4



Se seu chuveiro for aquecido a gás, os primeiros minutos até a água esquentar consomem 15 litros. Coloque um balde embaixo do chuveiro para recolher a água fria, que pode ser reutilizada para limpeza

“Se seu chuveiro for aquecido a gás, os primeiros minutos até a água esquentar consomem 15 litros”. Essa frase do texto 5 possui uma inadequação, que é:

- A) a expressão “a gás” deveria vir com acento grave, já que se trata de uma locução adverbial;
- B) a forma verbal “for” deveria ser substituída por “fosse”, já que expressa uma condição futura;
- C) a expressão mais adequada seria “nos primeiros minutos”, com modificação na forma verbal seguinte;
- D) “até a água esquentar” deveria ser substituída por “até que a água esquente”;
- E) a forma verbal “consumem” deveria estar grafada “consumem”.

17 - (3º Simulado Geral) “para recolher a água fria”; essa frase do texto, se nominalizada, adquiriria a seguinte forma:

- A) para que se recolha a água fria;
- B) para que se recolhesse a água fria;
- C) para a acolhida da água fria;
- D) para a coleta da água fria;
- E) para que a água fria seja recolhida.

18 - (3º Simulado Geral) A frase a seguir está formulada no discurso indireto:

“Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite.”

Em discurso direto, a nota de Churchill deveria estar escrita do seguinte modo:

- A) Não poderei comparecer esta noite.
- B) Naquela noite não poderei comparecer.
- C) Nesta noite não vou poder comparecer.
- D) Não vou poder comparecer esta noite.
- E) Essa noite não vou poder comparecer.

19 - (3º Simulado Geral) A manchete abaixo em que os termos ligados pela conjunção E mostram a relação lógica de causa e consequência é:

- A) Jornal belga recebe ameaça de bomba e funcionários são retirados.
- B) Franceses mostram coragem e vão à passeata.
- C) Chartistas criam sindicato e se protegem do terror.
- D) Terrorista dá entrevista e se mostra arrependido pela morte de outro muçulmano.
- E) Jornais árabes condenam atentado e defendem o autêntico Islã.

20 - (3º Simulado Geral) Assinale a frase em que o emprego do acento grave indicativo da crase é optativo.

- A) Trabalhar às claras.
- B) Comi frango à passarinho.
- C) Dei um prêmio à Margarida.
- D) Cansava-se à proporção que caminhava.
- E) Respondi às perguntas do juiz.

21 - (3º Simulado Geral) “Diz-se da melhor companhia: sua conversa é instrutiva; seu silêncio, formativo.”

O emprego da vírgula é justificado na frase acima pela mesma razão em que ocorre na seguinte frase:

- A) “A imaginação não faz castelos no ar, mas transforma cabanas em castelos no ar.”
- B) “O homem ama a companhia, mesmo que seja apenas a de uma vela que queima.”
- C) “Para o desesperado, a partida não parece menos impossível do que o retorno.”
- D) “Ai de quem é só, pois se cai não tem quem o levante.”
- E) “Beber pouco é bom. Não beber, trágico.”

22 - (3º Simulado Geral) Algumas frases destacam algum de seus elementos, ganhando valor enfático.

Assinale a opção que não apresenta qualquer termo com essa finalidade.

- A) Seu sócio é que vai ser o mais prejudicado.
- B) Esse sim é verdadeiramente um carro!
- C) Eis aí uma resposta válida!
- D) Ele se calou e foi embora rapidamente.
- E) Isso aí é pura malandragem.

23 - (3º Simulado Geral) Um texto publicitário de uma empresa brasileira de alimentos diz o seguinte: “DETERMINAÇÃO é ter a paixão em fazer produtos cada vez mais gostosos e com mais qualidade.”

O texto tem a aparência de uma definição, mas não se trata realmente desse tipo de texto; o segmento abaixo que exemplifica corretamente a estrutura de uma definição é:

- A) Saudade é a presença de um ausente.
- B) Amor é tampar os ouvidos dos cães durante os fogos de final de ano.
- C) A renda fixa é o melhor investimento para 2015.
- D) O Brasil é o maior campeão mundial de futebol de todos os tempos;
- E) Um lar sem um cachorro não é um lar.

24 - (3º Simulado Geral) Assinale a opção em que a palavra sublinhada está empregada em sentido lógico.

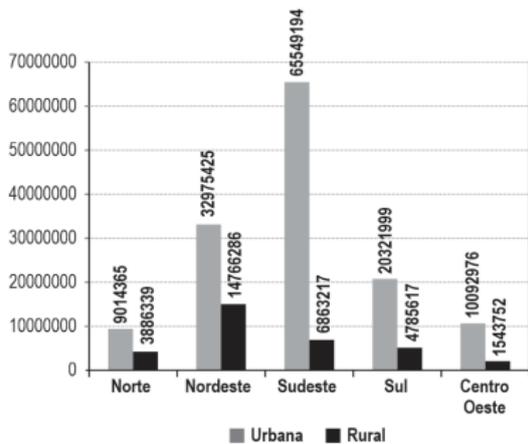
- A) “Negar a verdade é um adultério do coração.”
- B) “A vida é uma viagem durante a noite.”
- C) “Viver é jogar pontes sobre os rios que passam.”
- D) “Não se governa com ideias, mas com pessoas.”
- E) “A ingratidão é a amnésia do coração.”

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

25 - (3º Simulado Geral) Morar no campo ou na cidade é uma dúvida de muitos cidadãos brasileiros. A vida em cidades pequenas proporciona geralmente mais qualidade de vida; entretanto, a oferta de trabalho tem se mostrado cada vez mais insuficiente nessas localidades.

Dados do IBGE mostram que, no ano de 2000, a população concentrava-se, em sua maioria, nos grandes centros. O gráfico a seguir contém informações sobre a população urbana e rural distribuídas pelas regiões brasileiras.

População residente segundo a situação de domicílio
Censo de 2000 (IBGE)



Baseando-se nas informações oferecidas pelo gráfico acima, assinale a afirmativa correta.

- A) A região que tem maior população rural é a região Sudeste.
- B) A região Sudeste é a única que tem a maior parte de sua população vivendo em área urbana.
- C) A região que tem a menor diferença entre a população urbana e a rural é a região Centro-Oeste.
- D) De todas as regiões, a que tem menor população rural é a região Centro-Oeste.
- E) De todas as regiões, a que tem menor população urbana é a região Centro-Oeste.

26 - (3º Simulado Geral) O automóvel de Patrícia tem um consumo de gasolina em estradas de 11km/L. Significa que, para cada 11km que ela percorre, consome 1 litro de gasolina. Patrícia está se organizando para viajar e não ter problemas de ficar sem gasolina.

Assinale a opção que indica a quantidade de gasolina que o automóvel deve consumir para que Patrícia percorra 154km em sua viagem e o gasto total em combustível, considerando que, no posto em que ela vai abastecer, o preço da gasolina é de R\$ 5,03 para cada litro.

- A) 16,5 litros / R\$ 89,25.
- B) 16 litros / R\$ 82,99.
- C) 15 litros / R\$ 79,50.
- D) 15 litros / R\$ 75,45.
- E) 14 litros / R\$ 70,42.

27 - (3º Simulado Geral) Fábio fez um empréstimo de R\$ 10.000,00 em uma financeira que cobra 3% de juros ao mês. Após 30 dias do recebimento do empréstimo Fábio pagou R\$ 3.000,00 para a financeira, diminuindo sua dívida. Após 30 dias desse primeiro pagamento Fábio fez um pagamento de R\$ 4.000,00 para a financeira e, 30 dias após esse último pagamento, Fábio liquidou sua dívida fazendo o terceiro pagamento à financeira.

O valor do terceiro pagamento de Fábio foi de

- A) R\$ 3.700,00.
- B) R\$ 3.927,27.
- C) R\$ 2.790,00.
- D) R\$ 3.181,70.
- E) R\$ 3.624,57.

28 - (3º Simulado Geral) Um encontro de família foi organizado por 5 casais. Cada um desses casais teve 4 filhos, todos casados e com 3 filhos cada um. Todas as pessoas citadas compareceram ao encontro.

O número de pessoas nesse encontro de família é

- A) 70.
- B) 80.
- C) 90.
- D) 100.
- E) 110.

29 - (3º Simulado Geral) Assinale a opção que mostra o maior dos números abaixo.

- A) 0,559.
- B) 0,568.
- C) 0,74.
- D) 0,2021.
- E) 0,57.

30 - (3º Simulado Geral) Seis máquinas impressoras idênticas são colocadas para trabalhar simultaneamente. Nessas condições, é esperado que elas encerrem uma dada tarefa, trabalhando juntas, em 10 horas. As máquinas operam ininterruptamente durante 4 horas, até que uma delas apresenta defeito e para de trabalhar. As cinco impressoras remanescentes continuam o trabalho, sem parar, mantendo o mesmo ritmo, durante 3 horas, quando outra máquina apresenta defeito. A partir desse instante, as quatro impressoras restantes mantêm o trabalho com a mesma velocidade.

Após a quebra da 2ª impressora, o tempo necessário para que as quatro impressoras disponíveis possam encerrar a tarefa original é de

- A) 4 horas e 45 minutos.
- B) 5 horas.
- C) 5 horas e 15 minutos.
- D) 5 horas e 25 minutos.
- E) 5 horas e 45 minutos.

31 - (3º Simulado Geral) Em certa cidade, os taxis cobram R\$ 4,80 de valor inicial (bandeirada) mais R\$ 2,40 por quilômetro rodado. Nessa cidade, Hugo fez um percurso de táxi, sem paradas, e pagou R\$ 36,00 pela corrida.

O número de quilômetros que Hugo percorreu foi

- A) 10,5.
- B) 12.
- C) 13.
- D) 14,5.
- E) 15.

32 - (3º Simulado Geral) Antônio teve seu aluguel reajustado em 10%. O valor do aluguel reajustado é R\$ 2.772,00.

O valor do aluguel de Antônio antes do reajuste era

- A) R\$ 2.072,00.
- B) R\$ 2.494,80.
- C) R\$ 2.520,00.
- D) R\$ 2.507,70.
- E) R\$ 2.527,20.

33 - (3º Simulado Geral) Considere verdadeira a proposição "o jogo só será realizado se não chover". Podemos concluir que:

- A) se o jogo é realizado, o tempo é bom.
- B) se o jogo não é realizado, então chove.
- C) se chove, o jogo poderá ser realizado.
- D) se não chove, o jogo será certamente realizado.
- E) se não chove, o jogo não é realizado.

34 - (3º Simulado Geral) Considere a afirmativa a seguir.

(1) "Se tudo der certo, eu viajo amanhã."

Avalie se as três frases a seguir são negações dessa afirmativa:

- I. Se tudo der certo, eu não viajo amanhã.
- II. Se tudo der errado, eu viajo amanhã.
- III. Se algo der errado, eu não viajo amanhã.

Assim, é correto concluir que:

- A) I, II e III são negações da afirmativa (1).
- B) apenas I é uma negação da afirmativa (1).
- C) apenas II é uma negação da afirmativa (1).
- D) apenas III é uma negação da afirmativa (1).
- E) apenas II não é uma negação da afirmativa (1).

35 - (3º Simulado Geral) Sabe-se que as 3 afirmações a seguir são verdadeiras:

- Marlene é médica;
- Olga é oftalmologista;
- Priscila não é professora.

É correto concluir que:

A) Marlene é médica e Olga não é oftalmologista.

B) Priscila é professora ou Marlene não é médica.

C) Se Priscila é professora, então Marlene não é médica.

D) Se Priscila não é professora, então Olga não é oftalmologista.

E) Se Olga é oftalmologista, então Marlene não é médica.

36 - (3º Simulado Geral) Considere a sentença sobre os números racionais x e y :

$$"x \geq 3 \text{ e } x + y \leq 7"$$

Um cenário no qual a sentença dada é verdadeira é:

A) $x = 3$ e $y = 2$;

B) $x = 3$ e $y = 7$;

C) $x = 2$ e $y = 5$;

D) $x = 4$ e $y = 4$;

E) $x = 5$ e $y = 3$.

37 - (3º Simulado Geral) Considere a afirmação:

"Se Jonas é um soldado então é forte".

A negação dessa afirmação é

A) Jonas é um soldado e não é forte.

B) Se Jonas não é um soldado então é forte.

C) Se Jonas é um soldado então não é forte.

D) Se Jonas não é um soldado então não é forte.

E) Se Jonas não é forte então não é um soldado.

38 - (3º Simulado Geral) Considere a afirmação:

"À noite, todos os gatos são pretos."

Se essa frase é falsa, é correto concluir que

A) De dia, todos os gatos são pretos.

B) À noite, todos os gatos são brancos.

C) De dia há gatos que não são pretos.

D) À noite há, pelo menos, um gato que não é preto.

E) À noite nenhum gato é preto.

39 - (3º Simulado Geral) Em um grupo de 100 profissionais da saúde, 70 gostam de Química e 55 gostam de Física.

O número máximo de profissionais desse grupo que não gostam nem de Química nem de Física é igual a

- A) 45.
- B) 40.
- C) 35.
- D) 30.
- E) 25.

40 - (3º Simulado Geral) Na sequência a seguir são utilizados apenas os dígitos 1, 2, 3, 4 e 5, e seus elementos obedecem a um determinado padrão.

1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2 1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2
1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2 1 2 1 2 3 4 ...

O 500º termo dessa sequência é:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41 - (3º Simulado Geral) Joana enviou um e-mail para João como "Para" e adicionou aos destinatários Maria como "Cc" e Gabriel como "Cco".

Nesse contexto, está correto concluir que

- A) Gabriel não pode deduzir que Maria recebeu o *e-mail*.
- B) Gabriel não pode deduzir que recebeu o *e-mail* como cópia oculta.
- C) João pode deduzir que Gabriel foi copiado.
- D) João pode deduzir que houve uma cópia oculta, mas sem saber para quem.
- E) Se Gabriel responder como "Responder para todos", somente Joana recebe a resposta.

42 - (3º Simulado Geral) Considere os endereços de e-mail exibidos a seguir.

andre@gmail.com

andre@gmail.com.br

É correto afirmar que

- A) o primeiro é inválido porque não identifica o país onde foi registrado.
- B) o segundo foi registrado no Brasil e o primeiro é universal, pois é registrado automaticamente em todos os países.
- C) o segundo não poderia existir se o primeiro já tivesse sido registrado.
- D) os dois são distintos e válidos, pois e-mails registrados nos Estados Unidos não usam o sufixo de país.
- E) os dois são equivalentes, pois referem-se ao mesmo *e-mail*.

43 - (3º Simulado Geral) Numa mensagem de e-mail é possível anexar arquivos. Entretanto, alguns tipos de arquivos podem oferecer perigo ao destinatário e são bloqueados pelos servidores de e-mail, como o Gmail, Yahoo, dentre outros.

Assinale o tipo de arquivo que é certamente bloqueado.

- A) .docx
- B) .exe
- C) .gif
- D) .jpg
- E) .txt

44 - (3º Simulado Geral) Considere uma pesquisa no Google a partir do texto de busca mostrado a seguir.

Brazil -brasil

Nesse cenário, imagine a presença de cinco páginas hipotéticas da Internet, cada uma com o respectivo conteúdo mostrado no quadro abaixo.

Página	Conteúdo
1	O Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes.
2	Brazil (- Brasil) population: over 200,000,000.
3	Brasil já foi Brazil.
4	Brasil, brasileiro.
5	Brazil, Russia, India, China, South Africa.

Assinale quantas dessas páginas estariam incluídas no resultado da busca.

- A) Zero.
- B) Uma.
- C) Duas.
- D) Três.
- E) Quatro.

45 - (3º Simulado Geral) Os sites da Internet que oferecem navegação mais segura podem ser identificados pelo exame do prefixo da URL de acesso. O prefixo que indica essa condição é:

- A) http://
- B) https://
- C) url:
- D) www.
- E) @

46 - (3º Simulado Geral) Sobre as formas de propagação de vírus de computador, analise as afirmativas a seguir.

I. Anexos de *e-mails*.

II. Arquivos de *download* enviados por serviços de compartilhamento de arquivos.

III. Serviços de mensagens, como SMS, na forma de *links* maliciosos.

IV. Software desatualizado, cujas vulnerabilidades podem ser exploradas.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III, somente.

B) I, II e IV, somente.

C) I, II, III e IV.

D) I, III e IV, somente.

E) II, III e IV, somente.

47 - (3º Simulado Geral) No Windows 10, os aplicativos que manipulam dados normalmente expressam o tamanho de um arquivo pelas unidades KB (kilobyte), MB (megabyte), GB (gigabyte) e TB (terabyte).

Assinale a opção que mostra a equivalência correta entre essas unidades.

A) 1 GB equivale a 1.024 TB.

B) 1 GB equivale a 1.048.576 bytes.

C) 1 MB equivale a 1.024 bytes.

D) 1 MB equivale a 1.024 KB.

E) 1 TB equivale a 1.024 MB.

48 - (3º Simulado Geral) No MS Excel 2010, o recurso *Congelar Linha Superior*, na guia *Exibir*, tem como efeito:

A) impedir que a formatação da linha superior seja modificada;

B) impedir que os valores/fórmulas das células da linha superior sejam modificados;

C) manter a linha superior visível na rolagem da planilha;

D) travar a rolagem da planilha para baixo;

E) travar a rolagem da planilha para cima.

DIREITO CONSTITUCIONAL

49 - (3º Simulado Geral) Pedro, morador de uma área carente, recebeu uma carta informando-o que estava em débito com a anuidade da associação de moradores do seu bairro. Ressalte-se que Pedro, no fim do ano anterior, tinha solicitado o seu desligamento da associação, o que foi indeferido sob o argumento de que a associação atuava em benefício dos moradores.

À luz do ocorrido, Pedro procurou a Promotoria de Justiça e solicitou orientação, sendo-lhe informado, corretamente, que o seu requerimento foi indeferido de:

- A) modo correto, pois todos os moradores devem permanecer vinculados à referida associação;
- B) forma equivocada, pois ninguém pode ser obrigado a permanecer associado;
- C) modo correto, pois, como Pedro se associou de modo voluntário, não poderia desligar-se da associação;
- D) forma equivocada, pois a associação de moradores deveria demonstrar que atuou em benefício de Pedro durante o ano;
- E) modo correto, pois o pedido de desligamento só teria eficácia 2 (dois) anos depois.

50 - (3º Simulado Geral) Irineu informou ao seu amigo Edson que pretendia ingressar com uma ação em face do Estado para que lhe fosse oferecido um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. É correto afirmar que os direitos sociais:

- A) podem exigir, para a sua efetividade, o oferecimento de certas prestações por parte do Estado;
- B) não podem beneficiar uma única pessoa, já que são destinados à sociedade;
- C) são emanções diretas da cidadania, a qual permite a integração do indivíduo à sociedade;
- D) asseguram a liberdade do indivíduo perante os poderes constituídos;
- E) somente estão ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

51 - (3º Simulado geral) Paulo, servidor público estadual, foi aprovado em outro concurso público, este último organizado pela União. Ao ser convocado para apresentar os documentos previstos no edital, visando à posse, teve dúvida se poderia acumular os cargos. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que Paulo:

A) pode acumular os cargos públicos caso haja compatibilidade de horários e um deles seja de professor e, o outro, técnico ou científico;

B) pode acumular os cargos, quaisquer que sejam eles, desde que haja compatibilidade de horários;

C) não pode acumular os cargos, quaisquer que sejam eles, ainda que haja compatibilidade de horários;

D) pode acumular os cargos públicos caso haja compatibilidade de horários e um deles seja de membro do Poder Legislativo e, o outro, de professor;

E) pode acumular os cargos públicos, quaisquer que sejam eles, desde que haja compatibilidade de horários e ambos estejam na estrutura do Poder Executivo.

52 - (3º Simulado geral) Epaminondas, dedicado servidor público, consultou Eustáquio a respeito das situações em que seria possível a decretação da perda do cargo público. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o servidor público, observados os requisitos previstos na ordem jurídica:

A) somente pode perder o cargo por sentença judicial da qual não caiba mais recurso;

B) pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;

C) somente pode perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar;

D) pode perder o cargo caso seja preso em flagrante delito por crime inafiançável;

E) somente pode perder o cargo se a demissão em sede administrativa for confirmada por sentença judicial.

53 - (3º Simulado Geral) Jean, brasileiro naturalizado, que adquiriu grande popularidade em razão de suas atividades filantrópicas, decidiu concorrer a um cargo eletivo. No entanto, estava em dúvida se concorreria ao cargo de Vice-Presidente da República, de Governador ou Senador.

À luz da sistemática constitucional, Jean poderia concorrer apenas ao(s) cargo(s) de:

A) Vice-Presidente e Governador;

B) Governador e Senador;

C) Vice-Presidente;

D) Governador;

E) Senador.

54 - (3º Simulado Geral) Hércules é Promotor de Justiça estadual e foi submetido a processo disciplinar pela Corregedoria da sua carreira, no qual foi absolvido. Nessa hipótese, considerando as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é correto afirmar que Hércules

A) somente poderá ter revisto seu processo disciplinar se a decisão em âmbito estadual não foi unânime.

B) não poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar pelo CNMP, que não tem competência na matéria disciplinar.

C) poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar a qualquer tempo pelo CNMP, dependente, todavia, de provocação.

D) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que julgado há menos de um ano.

E) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que esgotadas as instâncias judiciais competentes.

55 - (3º Simulado Geral) Segundo a Lei Complementar Estadual no 734/1993, o Procurador-Geral de Justiça será substituído em suas faltas, férias, licenças e afastamentos, a qualquer título, por período não superior a 15 (quinze) dias, pelo:

A) membro do Conselho Superior do Ministério Público mais antigo na segunda instância.

B) Promotor de Justiça mais antigo em primeira instância.

C) Subprocurador-Geral de Justiça que indicar.

D) membro do Colégio de Procuradores de Justiça mais antigo na segunda instância.

E) membro da Comissão Processante Permanente mais antigo em primeira instância.

56 - (3º Simulado Gera) Em relação aos meios necessários para o exercício de suas funções investigatórias, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe que o Ministério Público poderá:

A) expedir notificações para colher depoimento e, em caso de não comparecimento injustificado, promover condução coercitiva mediante prévia e indispensável autorização judicial;

B) exigir das autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal documentos, cujas despesas com as cópias serão arcadas pelo erário estadual;

C) determinar ao Poder Legislativo a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, com vistas à prevenção e controle da criminalidade;

D) dar publicidade aos procedimentos disciplinares que instaurar, exceto aqueles que apurem prática de crime;

E) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie.

DIREITO ADMINISTRATIVO

57 - (3º Simulado Geral) A Lei Federal nº 8.429/1992 trata dos atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos e os apresenta em três tipos: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Constitui um exemplo de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

A) agir negligentemente na arrecadação de tributos;

B) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo;

C) frustrar a licitude de concurso público;

D) ordenar a realização de despesas não autorizadas;

E) usar, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio das entidades públicas.

58 - (3º Simulado Geral) João, servidor público estadual, foi informado de que estava sendo investigado pela possível prática de atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992. Esses atos estariam enquadrados na tipologia do (1) enriquecimento ilícito; (2) do dano ao patrimônio público; e (3) da violação aos princípios regentes da atividade estatal.

À luz da sistemática adotada pelo referido diploma normativo:

- A) as tipologias referidas em 1, 2 e 3 são descritas em rol taxativo;
- B) as tipologias referidas em 1, 2 e 3 são descritas em rol exemplificativo;
- C) apenas as tipologias referidas em 1 e 2 são descritas em rol exemplificativo;
- D) apenas a tipologia referida em 3 é descrita em rol exemplificativo;
- E) apenas as tipologias referidas em 1 e 3 são descritas em rol taxativo.

59 - (3º Simulado Geral) No que diz respeito à Res. 664-PGJ-CGMP, analise as seguintes assertivas e assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso), respectivamente:

() Não se juntará nenhum documento ou petição nos autos, sem o respectivo termo de juntada.

() É vedado o lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares ou o uso de sublinhar palavras ou expressões, devendo o Oficial de Promotoria, ao constatar tais irregularidades, comunicá-las ao Promotor de Justiça.

() Nenhuma diligência ou ato deverá ser realizado sem determinação expressa do presidente da investigação, ainda que se trate de atos de mero expediente, desde que estabelecidos em Portaria expedida pelo Promotor de Justiça.

Está correto o que se afirma em:

- A) F, F e V.
- B) V, F e V.
- C) V, V e F.
- D) V, V e V.
- E) F, F e F.

60 - (3º Simulado Geral) De acordo com a Resolução n. 1.342, de 01/07/2021, notícia de fato é:

A) investigação administrativa, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido pelo Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

B) instrumento para coleta de provas, dados, informações ou esclarecimentos em inquérito civil, ou com a finalidade de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública e social obedeçam aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e no ordenamento jurídico.

C) é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial.

D) instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

E) qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as

atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos e o recebimento de notícias, documentos, requerimentos ou representações.

61 - (3º Simulado Gera) Mário, que ocupava o cargo de contador no Tribunal de Justiça de São Paulo, está aposentado por tempo de serviço há 18 (dezoito) meses. No início do ano de 2018, foi instaurado um processo administrativo no qual foi apurado que ele, durante o período de atividade, aceitou ilegalmente outra função pública. De acordo com o que disciplina a Lei nº 10.261/68, a pena a ser aplicada a Mário será

A) suspensão do pagamento dos proventos relativos à aposentadoria, por até 6 (seis) meses.

B) cassação da aposentadoria.

C) suspensão da aposentadoria e aplicada a pena de demissão.

D) multa no valor total da remuneração que recebeu em razão da função ilegal.

E) suspensão da aposentadoria e colocado em disponibilidade.

62 - (3º Simulado Geral) Promotor de Justiça da Comarca X determina que Oficial de Promotoria, a ele subordinado, destrua um documento, colocando-o em uma fragmentadora de papel. O Oficial de Promotoria percebe que o documento é uma notificação de fato devidamente assinada, que deveria ter sido analisada pelo Promotor de Justiça. O Oficial de Promotoria deverá, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo,

A) cumprir a ordem, pois é dever do servidor público cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho.

B) utilizar-se do documento como papel de rascunho para seu trabalho, considerando que é dever do servidor público zelar pela economia do material do Estado.

C) denunciar o Promotor de Justiça, já que é dever do servidor público representar contra ordens manifestamente ilegais.

D) desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido, destruindo o documento.

E) proceder conforme ordenado pelo Promotor de Justiça, nada dizendo sobre o assunto, pois é dever do servidor público guardar sigilo sobre os assuntos da repartição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

63 - (3º Simulado Geral) De acordo com o Código de Processo Civil, o Ministério Público, nos casos em que intervém como fiscal da ordem jurídica,

A) não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.

B) poderá recorrer tanto da sentença quanto das decisões interlocutórias.

C) poderá se manifestar a qualquer tempo, mas não poderá produzir provas.

D) gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, benefício que se aplica mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

E) terá vista dos autos sempre antes das partes, podendo recorrer da sentença, mas não de decisões interlocutórias.

64 - (3º Simulado Geral) Em razão de demora injustificada de magistrado em praticar ato decisório em ação judicial de acordo com prazo determinado pela lei processual, foi apresentada representação, pela parte interessada, ao corregedor do tribunal. Após manifestação prévia do juiz representado, foi instaurado, pelo órgão competente, procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, oportunidade em que, apesar de intimado eletronicamente para se manifestar, o juiz ficou inerte. Posteriormente, foi determinado que o magistrado praticasse, no processo judicial, em até dez dias, o ato que a ele foi incumbido. Em razão de nova inércia do juiz, os autos do processo judicial foram remetidos ao seu substituto legal para prolação de decisão.

De acordo com a situação apresentada, é correto afirmar que

- A) o encaminhamento do processo para o substituto legal do magistrado é medida legítima que possui previsão no CPC.
- B) o procedimento instaurado para apuração de responsabilidade é nulo porque os prazos do magistrado, em processo judicial, são impróprios.
- C) o encaminhamento ao corregedor do tribunal foi equivocado porque, de acordo com o CPC, estamos diante de hipótese de competência exclusiva do Conselho Nacional de Justiça.
- D) embora possível a instauração de procedimento administrativo, ocorreu nulidade no momento em que foi feita a intimação do juiz na forma eletrônica, pois a lei veda essa modalidade de comunicação nessa hipótese.
- E) a prática de ato judicial não pode ser determinada ao juiz, sob pena de nulidade, no processo judicial, por violação ao devido processo legal.

65 - (3º Simulado Geral) Assinale a alternativa que está em DESACORDO com a Res. nº 125/2010 do CNJ.

- A) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos um servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos.
- B) Cada unidade dos Centros poderá abranger setor de solução de conflitos pré-processual, de solução de conflitos processual e de cidadania.
- C) Nos Centros poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados.
- D) Salvo disposição diversa em regramento local, os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada Tribunal entre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.
- E) Nas comarcas das capitais dos estados, bem como nas comarcas do interior, subseções e regiões judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será concomitante à entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015.

66 - (3º Simulado Geral) Sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, é correto afirmar que:

A) Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, salvo em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial.

B) É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo.

C) É proibido aos participantes solicitarem orientação jurídica durante o procedimento restaurativo.

D) O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas, inclusive universidades e instituições de ensino, sendo vedada a atuação de entidades privadas.

E) Compete ao Ministério Público organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à Justiça Restaurativa.

67 - (3º Simulado Geral) Assinale a alternativa que corresponda ao mecanismo de autocomposição recomendado para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal:

A) Convenções processuais.

B) Mediação.

C) Conciliação

D) Práticas restaurativas

E) negociação

68 - (3º Simulado Geral) A mediação de conflitos é atualmente uma abordagem metodológica de resolução de conflitos que tem como base o consenso, a autocomposição e ao mesmo tempo o distanciamento dos meios adversariais e a judicialização de controvérsias. Foi regulamentada no Brasil pela Lei no 13.140/2015. Alguns de seus princípios estão descritos como:

A) a boa-fé; a formalidade; a imparcialidade do mediador; a não confidencialidade.

B) a formalidade; a parcialidade do mediador; a isonomia entre as partes; a não confidencialidade.

C) a isonomia entre as partes; a oralidade; a informalidade; a confidencialidade.

D) a isonomia entre as partes; a boa-fé; a parcialidade do mediador; o sigilo.

E) o sigilo; a formalidade; a parcialidade do mediador; os interesses divergentes entre as partes.

DIREITO PENAL

69 - (3º Simulado Geral) Lúcio, ao acompanhar sua esposa a um posto de saúde, apropriou-se de um receituário médico em branco, mas com o carimbo do médico que havia atendido sua esposa. Com o intuito de faltar ao trabalho, ele preencheu o formulário, atestando que deveria ficar cinco dias em repouso.

Nessa situação hipotética, Lúcio praticou o crime de

- A) falsificação material de documento particular.
- B) falsidade ideológica.
- C) falsidade de atestado médico.
- D) falsidade de sinal público.
- E) falsificação material de documento público.

70 - (3º Simulado Geral) Oficial de justiça que deixa de dar cumprimento integral a mandado de penhora em razão de sentir pena do proprietário do bem penhorado comete, em tese, o crime de:

- A) corrupção passiva privilegiada;
- B) abandono de função;
- C) violação de sigilo profissional;
- D) corrupção passiva simples;
- E) prevaricação.

71 - (3º Simulado Geral) Em janeiro do corrente ano, no Hospital público estadual, na qualidade de médico do Sistema Único de Saúde, Eduardo exigiu, para si, de Fernando, a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para realizar na paciente, mãe de Fernando, um exame de ressonância magnética, quando esta encontrava-se internada naquele hospital às expensas do Sistema Único de Saúde, responsável por arcar com os custos do procedimento médico. Diante da situação hipotética acima descrita, a conduta praticada pelo médico constituiu o crime de

- A) peculato mediante erro de outrem.
- B) peculato apropriação.
- C) corrupção passiva.
- D) concussão.
- E) excesso de exação.

72 - (3º Simulado Geral) Considere que A seja parado em uma barreira policial e que um policial militar B, ao ver nos documentos de A que o veículo está com inúmeras multas vencidas, sugira que A lhe pague um valor simbólico para poder continuar a viagem. Se B receber de A um valor em reais e, por isso, não realizar a apreensão do veículo, é correto afirmar que, nessa situação,

- A) A pratica corrupção ativa e B pratica concussão.
- B) A e B praticam corrupção ativa.
- C) A pratica corrupção ativa, e B, corrupção passiva.
- D) A e B praticam corrupção passiva.
- E) B pratica corrupção passiva, sendo a conduta de A atípica.

73 - (3º Simulado Geral) Tício, Guarda Municipal, encontrava-se em serviço em frente a determinado prédio público, quando verificou que José iniciava uma pichação naquele prédio. Em razão disso, ordenou a José que parasse de imediato e entregasse o material que estava sendo utilizado na pichação. Ocorre que José, para garantir sua fuga, desferiu chutes na canela do funcionário e, de imediato, empreendeu fuga, não vindo a ser alcançado.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de José no momento de sua fuga:

- A) configura crime de resistência;
- B) é atípica, pois estava no seu legítimo direito de tentar fugir;
- C) configura crime de desobediência;
- D) configura crime de desacato;
- E) configura crime de desacato impróprio;

74 - (3º Simulado Geral) Ricardo reside na cidade de São Paulo e acaba testemunhando, da janela de sua residência, o furto de um veículo que estava estacionado na via pública, defronte ao seu imóvel, praticado por dois agentes. Para se vingar do seu desafeto e vizinho Rodolfo e sabendo de sua inocência, Ricardo apresenta uma denúncia anônima à Polícia noticiando que Rodolfo foi um dos autores do referido crime de furto. A autoridade policial determina a instauração de inquérito policial para apuração da autoria delitiva em relação a Rodolfo. Nesse caso hipotético, Ricardo cometeu crime de

- A) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- B) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- C) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, sem qualquer majoração.
- D) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa sem qualquer majoração.
- E) falso testemunho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

75 - (3º Simulado Geral) Jorge Henrique, 45 anos, capaz, em 2/1/2021, foi vítima de delito de estelionato praticado por Ana Cláudia. Jorge Henrique tomou conhecimento da autoria do delito em 5/1/2021 e, nesse mesmo dia, noticiou os fatos à autoridade policial, com a respectiva representação, tendo sido, em decorrência, instaurado inquérito policial. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

A) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação até o dia 4/7/2021, independentemente do oferecimento ou não da denúncia.

B) Jorge Henrique não poderá se retratar da representação feita, pois a ação penal, embora seja condicionada, é pública, razão pela qual o Ministério Público é o único dominus litis.

C) Após o oferecimento da denúncia, Jorge Henrique não poderá retratar-se da representação feita.

D) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação a qualquer tempo, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da condenação.

E) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação até o dia 1/7/2021, independentemente do oferecimento ou não da denúncia.

76 - (3º Simulado Geral) Jorge foi preso em flagrante pela prática do delito de roubo. Durante as investigações, descobriram-se mais vítimas dessa prática criminosa, angariando-se mais documentação que comprovariam esses demais delitos praticados por Jorge. Como se sabe, esses autos são enviados ao Ministério Público, que é quem tem, por lei, a função privativa de promover a ação penal pública. Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta.

A) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

B) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

C) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

D) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

E) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 15 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

77 - (3º Simulado Geral) Chega notícia através da Ouvidoria do Ministério Público da prática de determinado crime e que possivelmente haveria omissão da Delegacia de Polícia na apuração. Em razão disso, o Promotor de Justiça instaura procedimento de investigação criminal no âmbito da própria Promotoria. Sobre o poder investigatório do Ministério Público, de acordo com a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, a conduta do promotor foi:

A) ilegal, pois o Ministério Público não tem poder para investigar diretamente e por meio próprio a prática de qualquer crime;

B) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, desde que haja omissão da Polícia Civil, ainda que não exista inquérito policial instaurado anteriormente;

C) ilegal, pois o Ministério Público somente pode investigar diretamente se houver inquérito policial instaurado previamente e confirmada a omissão da autoridade policial;

D) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, respeitados os direitos constitucionais do investigado, assim como eventual foro por prerrogativa de função;

E) ilegal, somente cabendo ao Ministério Público exercer o controle da atividade policial.

78 - (3º Simulado Geral) Sobre o instituto da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

A) em que pese o processo fique suspenso, o prazo prescricional continuará correndo normalmente;

B) o acusado que vier a ser processado, no curso do prazo de suspensão, pela prática de contravenção não poderá ter o benefício revogado por este motivo;

C) será cabível seu oferecimento pelo Ministério Público apenas quando praticado crime de menor potencial ofensivo;

D) o acusado reincidente pela prática de crime doloso não fará jus ao benefício;

E) o comparecimento pessoal semanal é umas das condições a ser necessariamente aplicada pelo magistrado.

79 – (3º Simulado Geral) Assinale a alternativa correta em relação ao acordo de não persecução penal, nos termos da Resolução nº 1.364/2021.

A) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito ou verbalmente pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

B) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não pode ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

C) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto no que se refere ao aproveitamento do benefício nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração.

D) É vedado ao órgão de execução do Ministério Público fixar o valor mínimo do dano moral.

E) O acordo de não persecução penal não constitui título executivo de natureza cível apto à execução.

80 – (3º Simulado Geral) De acordo com a Resolução n. 1.364/2021, é correto afirmar que:

a) O procedimento investigatório criminal é instrumento ordinário e desburocratizado de natureza judicial e investigatória, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de iniciativa pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal.

b) O procedimento investigatório criminal não é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

c) Em poder de quaisquer peças de informação, é vedado ao membro do Ministério Público promover o seu arquivamento, sob pena de responsabilidade pessoal.

d) O procedimento investigatório criminal não poderá ser instaurado de ofício pelo membro do Ministério Público.

e) A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico.

QUESTÕES COMENTADAS

PORTUGUÊS

1 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Ainda que só tenhamos o primeiro parágrafo do texto, pelo que nele vai escrito e por sua veiculação em jornal de prestígio, podemos inferir que sua finalidade maior é:

- A) criticar o ufanismo do escrivão da frota de Cabral;
- B) denunciar o desperdício de água em todo o país;
- C) defender políticas públicas de preservação de minerais;
- D) alertar para a falta de água nas cidades e no campo;
- E) aconselhar medidas de preservação da água.

Comentário

A finalidade maior do texto e de mais relevância é aconselhar medidas de preservação de água.

Repare na parte final do parágrafo: “E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral”.

GABARITO E

2 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

O segmento do texto abaixo que apresenta a propalada objetividade jornalística no tratamento do tema é:

- A) “na deslumbrada primeira visão de nossa terra”;
- B) “o empolgado escrivão da frota de Cabral”;
- C) “as águas da nova colônia eram não só muitas, mas ‘infindas’”;
- D) “com sua bela carta de apresentação”;
- E) “poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento”.

Comentário

Perceba que o enunciado pede o segmento do texto que apresenta objetividade jornalística, ou seja, precisamos assinalar a alternativa que não possui característica de subjetividade, opinião.

A) “na deslumbrada primeira visão de nossa terra”;

INCORRETA. Há subjetivismo. O que pode ser deslumbrado na visão do autor, pode não ser deslumbrado na visão de outras pessoas. Há opinião, pessoalidade, subjetivismo.

B) “o empolgado escrivão da frota de Cabral”;

INCORRETA. O adjetivo “empolgado” caracteriza o subjetivismo do segmento. O que pode ser engraçado para o autor, para outros pode ser que não seja.

C) “as águas da nova colônia eram não só muitas, mas ‘infindas’”;

CORRETA. Em que pese a presença do adjetivo “infindas”, perceba que tal qualidade foi dita pelo próprio Pero Vaz de Caminha, o que representa objetividade.

D) “com sua bela carta de apresentação”;

INCORRETA. O adjetivo “bela” usada pelo autor do texto denota subjetividade.

E) *“poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento”*.

INCORRETA. Os adjetivos “arraigada” e “onipresente” revelam uma opinião do autor, ou seja, denotam subjetivismo.

GABARITO C

3 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Quanto ao emprego ou omissão da vírgula, houve afastamento da orientação gramatical em:

- A) “na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral,...”;
- B) “não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”;
- C) “só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento...”;
- D) “cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo”;
- E) “e também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral”.

Comentário

C) “só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento...”;

INCORRETA. Observe que o trecho destacado é um adjunto adverbial de grande extensão e está deslocado na frase, de forma que o uso da vírgula é obrigatório.

O correto seria: “só não imaginava Caminha que, com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos, poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento...”

GABARITO C

4 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infundas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Uma das regras de emprego da vírgula é para marcar a omissão de uma forma verbal; o segmento abaixo em que isso ocorre no texto é:

- A) “Nos canos e nas torneiras, nem uma gota”.
- B) “O rodízio no abastecimento força lugares com grandes aglomerações, como shopping centers e faculdades, a fechar”.
- C) “As chuvas abundantes da estação não vieram, as obras em andamento tardarão a ter efeito e o desperdício continuou alto”.
- D) “Por isso, São Paulo e várias cidades vizinhas,...”.
- E) “...que formam a maior região metropolitana do país, entram na mais grave crise de falta d’água da história”.

Comentário

A) “Nos canos e nas torneiras, nem uma gota”.

CORRETA. A chamada vírgula de elipse é usada com o único objetivo de informar que foi subentendido um verbo, ou um conjunto de palavras que contém verbo. Veja-se um exemplo:

Eu reviso a receita; você, a despesa. Por não querer incorrer no inconveniente de repetir o verbo, preferiu-se usar vírgula em seu lugar.

Nessa alternativa, repare que está subentendido o termo “não há”.

GABARITO A

5 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Observando os pares “empolgado escrivão”, “ancestrais lusitanos” e “políticas públicas”, podemos constatar, no emprego de adjetivos, que todos os elementos dessa classe:

- A) podem trocar de posição com o substantivo;
- B) modificam o sentido quando antepostos;
- C) apresentam variação de grau;
- D) indicam a opinião do enunciador;
- E) referem-se a termos de função substantiva.

Comentário

A) podem trocar de posição com o substantivo;

INCORRETA. A troca é válida em relação a “empolgado escrivão” (“escrivão empolgado”). Mas não com “políticas públicas” (públicas políticas???)

B) modificam o sentido quando antepostos;

INCORRETA. O sentido não é modificado com “empolgado escrivão” ou “escrivão empolgado”.

C) apresentam variação de grau;

INCORRETA. Não há variação de grau (aumentativo ou diminutivo).

D) indicam a opinião do enunciador;

INCORRETA. “Políticas públicas” não indicam a opinião do enunciador.

E) referem-se a termos de função substantiva.

CORRETA. “escrivão” é substantivo e “políticas” também.

GABARITO E

6 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infundas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

No segmento “as águas da nova colônia eram não só muitas, mas ‘infundas’” há uma adição de dois termos; esse mesmo tipo morfossintático de adição se repete em:

- A) “lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento”;
- B) “esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade”;
- C) “desperdício explícito nas cidades e no campo”;
- D) “e também na timidez de políticas públicas”;
- E) “políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral”.

Comentário

Repare que no segmento “as águas da nova colônia eram não só muitas, mas ‘infundas’”, a conjunção “mas” foi empregada no sentido de adição.

“eram não só muitas, como também infindas” – sentido de adição de dois adjetivos: “muitas” e “infindas”.

E o enunciado da questão pede para assinalarmos a alternativa que possui o mesmo sentido aditivo com dois adjetivos.

A) “lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento”;

CORRETA. São dois adjetivos empregados com ideia de adição.

GABARITO A

7 - (3º Simulado Geral) Texto 1 – ANTES QUE A FONTE SEQUE

José Carlos Tórtima, O Globo, 04/10/2014

Na deslumbrada primeira visão da nossa terra, Pero Vaz de Caminha, o empolgado escrivão da frota de Cabral, não conteria a euforia ao anunciar, em sua célebre epístola ao rei Dom Manuel, que as águas da nova colônia eram não só muitas, mas “infindas”. Só não imaginava Caminha que com sua bela carta de apresentação da ambicionada Índia Ocidental aos nossos ancestrais lusitanos poderia estar lançando as sementes da arraigada e onipresente cultura de esbanjamento do precioso líquido e do mito de sua inesgotabilidade. Cultura esta que até hoje se faz presente nas cenas de desperdício explícito nas cidades e no campo. E também na timidez de políticas públicas direcionadas à preservação e ao bom uso das reservas do mineral.

Millôr Fernandes disse certa vez que “Beber é mal, mas é muito bom”. (FERNANDES, Millôr. Mais! Folha de S.Paulo, 5 ago. 2001, p. 28.) Sobre o emprego do vocábulo “mal” nesse pensamento, pode-se afirmar que:

- A) se opõe semanticamente a “bom”;
- B) pertence à mesma classe gramatical de “bom”;
- C) está grafado erradamente;
- D) exemplifica um caso de derivação imprópria;
- E) compõe um jogo humorístico de palavras com “bom”.

Comentário

A) se opõe semanticamente a “bom”;

INCORRETA. Pois “mal” é antônimo de “bem”.

B) pertence à mesma classe gramatical de “bom”;

INCORRETA. “Mal” é um advérbio e “mau” é um adjetivo.

“Mal” é antônimo de “bem” (advérbios).

“Mau” é antônimo de “bom” (adjetivos).

Portanto, “mal” (advérbio) não pertence à mesma classe gramatical de “bom” (adjetivo).

C) está grafado erradamente;

INCORRETA. Está grafado corretamente.

D) exemplifica um caso de derivação imprópria;

INCORRETA. Derivação imprópria ocorre quando uma palavra tem sua classificação gramatical alterada devido ao contexto em que foi utilizada, ganhando, assim, um novo significado, o que não é o caso.

E) compõe um jogo humorístico de palavras com “bom”.

CORRETA. Beber não faz bem para a saúde, mas beber é bom, é gostoso. Esse é o jogo humorístico.

GABARITO E

8 - (3º Simulado Geral)

TEXTO 2 – LAR DO DESPÉRDÍCIO

De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.

O banheiro é onde há mais desperdício. A simples descarga de um vaso sanitário pode gastar até 30 litros de água, dependendo da tecnologia adotada. Uma das mais econômicas consiste numa caixa d'água com capacidade para apenas seis litros, acoplada ao vaso sanitário. Sua vantagem é tanta que a prefeitura da Cidade do México lançou um programa de conservação hídrica que substituiu 350 mil vasos por modelos mais econômicos. As

substituições reduziram de tal forma o consumo que seria possível abastecer 250 mil pessoas a mais. No entanto, muitas casas no Brasil têm descargas embutidas na parede, que costuma ter um altíssimo nível de consumo. O ideal é substituí-las por outros modelos.

O banho é outro problema. Quem opta por uma ducha gasta até 3 vezes mais do que quem usa um chuveiro convencional. São gastos, em média, 30 litros a cada cinco minutos de banho. O consumidor - doméstico, industrial ou agrícola - não é o único esbanjador. De acordo com a Agência Nacional de Águas, cerca de 40% da água captada e tratada para distribuição se perde no caminho até as torneiras, devido à falta de manutenção das redes, à falta de gestão adequada do recurso e ao roubo.

Esse desperdício não é uma exclusividade nacional. Perdas acima de 30% são registradas em inúmeros países. Há estimativas de que as perdas registradas na Cidade do México poderiam abastecer a cidade de Roma tranquilamente. (Ambientebrasil, outubro de 2014)

O título dado ao texto – Lar do desperdício – se justifica pelo fato de:

- A) o Brasil ser um país de maior desperdício de água;
- B) as habitações domésticas não terem aparelhagens modernas;
- C) os lares mostrarem situações variadas de desperdício;
- D) as perdas de água ocorrerem em todo o planeta, nosso lar;
- E) todas as classes sociais concorrerem para o desperdício.

Comentário

C) os lares mostrarem situações variadas de desperdício;

CORRETA. O título se justifica pelo desperdício de água nos lares domésticos, como por exemplo, no uso do banheiro, no banho, lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.

GABARITO C

9 - (3º Simulado Geral) “De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.”

No início do segundo período do texto 2 ocorre a presença da conjunção *mas*; trata-se de uma conjunção adversativa, e o ponto que serve de elemento de oposição é:

- A) a situação de desperdício detectada pela ONU e a situação de desperdício no Brasil;

- B) o consumo de água nos países desenvolvidos e o consumo de água das classes mais ricas do Brasil;
- C) o descuido com a água nos países ricos e o cuidado com a água nos países pobres;
- D) o consumo de água nos países mais ricos e o consumo de água em alguns países pobres, como o Brasil;
- E) o cuidado com a água nos países desenvolvidos e o descuido com o consumo nos países subdesenvolvidos.

Comentário

D) o consumo de água nos países mais ricos e o consumo de água em alguns países pobres, como o Brasil;

CORRETA. Vamos retomar o parágrafo do enunciado:

“De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.”

Perceba que o texto está dizendo o seguinte: as crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas, contudo, entretanto as camadas mais da população brasileira (que é considerado um país pobre) têm índices de desperdício semelhantes aos dos países ricos.

Portanto, ponto que serve de elemento de oposição é: o consumo de água nos países mais ricos e o consumo de água em alguns países pobres, como o Brasil;

GABARITO D

10 - (3º Simulado Geral) “De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.”

Nesse segmento do texto, entre os conectores destacados, aquele que apresenta seu valor semântico de forma correta é:

- A) de acordo com / proporcionalidade;

- B) que / explicação;
- C) como / conclusão;
- D) ou / adição;
- E) com / companhia.

Comentário

A) de acordo com / proporcionalidade;

INCORRETA. “de acordo com” tem valor de conformidade.

B) que / explicação;

INCORRETA. “que” no contexto tem valor comparativo.

C) como / conclusão;

INCORRETA. “como”, no texto, tem valor comparativo.

D) ou / adição;

CORRETA. A conjunção “ou” além de ter valor alternativo, também pode indicar adição. Veja:

“De acordo com as Nações Unidas, crianças nascidas no mundo desenvolvido consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população brasileira têm índices de desperdício semelhantes, associados a hábitos como longos banhos ou lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras.”

Perceba que todos os fatos ocorrem: longos banhos, lavagem de quintais, calçadas e carros com mangueiras, ou seja, há sentido de adição. Um evento não exclui o outro.

E) com / companhia.

INCORRETA. “com” tem valor de meio/instrumento.

GABARITO D

11 - (3º Simulado Geral) Considerando os dois termos sublinhados, é correto afirmar que temos diferentes classes de palavras na seguinte opção:

- A) “consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população...”;
- B) “o ideal é substituí-las por outros modelos. O banho é outro problema”;
- C) “quem opta por uma ducha gasta até 3 vezes mais do que quem usa um chuveiro convencional”;
- D) “cerca de 40% da água captada e tratada para distribuição se perde no caminho até as torneiras, devido à falta de manutenção das redes, à falta de gestão adequada...”;
- E) “cerca de 40% da água captada e tratada para distribuição se perde no caminho até as torneiras, devido à falta de manutenção das redes, à falta de gestão adequada do recurso e ao roubo”.

Comentário

A) “consomem de 30 a 50 vezes mais água que as dos países pobres. Mas as camadas mais ricas da população...”;

CORRETA. Perceba que o primeiro “mais” está modificando um substantivo “água”, ou seja, desempenha a função de adjetivo. Já o segundo “mais” está modificando um adjetivo “ricas”, de forma que desempenha a função de advérbio.

GABARITO A

12 - (3º Simulado Geral) Para que os argumentos utilizados no texto 2 contra o desperdício de água no ambiente doméstico sejam eficientes, o autor do texto apela principalmente para:

- A) testemunhos de autoridade, como, por exemplo, a citação da ONU no primeiro parágrafo;
- B) estratégias de intimidação, aludindo à falta de água num futuro próximo;
- C) diferentes opiniões do enunciador, misturadas a vezes alarmistas;
- D) exemplo de experiência bem sucedida no combate ao desperdício;
- E) afetividade, mostrando a Terra como um ser vivo, a quem se maltrata diariamente.

Comentário

D) exemplo de experiência bem sucedida no combate ao desperdício;

CORRETA. Veja o destaque no segundo parágrafo:

“O banheiro é onde há mais desperdício. A simples descarga de um vaso sanitário pode gastar até 30 litros de água, dependendo da tecnologia adotada. **Uma das mais econômicas consiste numa caixa d’água com capacidade para apenas seis litros, acoplada ao vaso sanitário. Sua vantagem é tanta que a prefeitura da Cidade do México lançou um programa de conservação hídrica que substituiu 350 mil vasos por modelos mais econômicos. As substituições reduziram**”

de tal forma o consumo que seria possível abastecer 250 mil pessoas a mais. No entanto, muitas casas no Brasil têm descargas embutidas na parede, que costuma ter um altíssimo nível de consumo. O ideal é substituí-las por outros modelos.”

Portanto, o autor do texto apela principalmente para exemplo de experiência bem sucedida no combate ao desperdício.

GABARITO D

13 - (3º Simulado Geral)

TEXTO 3



Um banho quente de chuveiro elétrico de 15 minutos consome 135 litros de água. Um banho por 5 minutos, fechando o registro para se ensaboar, consome apenas 45 litros

A frase “fechando o registro”, reescrita de forma a substituir a oração reduzida por desenvolvida, assume, com correção, a seguinte forma:

- A) a fim de que se feche;
- B) após fechar-se o registro;
- C) enquanto se fecha o registro;
- D) caso se feche o registro;
- E) embora se feche o registro.

Comentário

Orações reduzidas são aquelas que não são introduzidas por conjunções e que possuem verbos nas suas formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio. São, assim, diferentes das orações desenvolvidas, que são introduzidas por um pronome ou conjunção e que são formadas por um verbo no indicativo ou no subjuntivo.

“Fechando o registro” – é oração reduzida de gerúndio. No texto, essa forma nominal denota ideia de condição.

Um banho por 5 minutos consome apenas 45 litros se/caso/desde que eu feche o registro para se ensaboar.

Então, passando a frase reduzida para desenvolvida, eu preciso introduzi-la, no nosso caso, por uma conjunção.

O CORRETO SERIA: CASO SE FECHER O REGISTRO (usamos a conjunção “caso”).

GABARITO D

14 - (3º Simulado Geral) O texto deve ser classificado como:

- A) instrucional, já que dá instruções de como banhar-se;
- B) didático, já que ensina os usuários a tomar banho;
- C) publicitário, pois tenta convencer o leitor a economizar;
- D) narrativo, pois relata a sucessão de ações no banho;
- E) argumentativo, pois defende banhos menos longos.

Comentário

E) argumentativo, pois defende banhos menos longos.

CORRETA. O texto foi feito para persuadir o leitor a economizar água (banhos menos longos).

GABARITO E

15 - (3º Simulado Geral) O vocábulo abaixo do texto, que é classificado como modalizador por inserir uma opinião do enunciador sobre o assunto veiculado, é:

- A) apenas;
- B) consome;
- C) quente;

D) elétrico;

E) ensaboar.

Comentário

Os modalizadores linguísticos são elementos gramaticais ou lexicais por meio dos quais o autor manifesta determinadas atitudes e/ou posições em relação a um conteúdo e/ou tema específicos. Entre os modalizadores há:

- **advérbios**: talvez, sem dúvidas, ao meu ver, ao nosso ver etc que expressam que o conteúdo do enunciado foi ou não foi completamente assumido pelo autor;
- **modo verbal**: indicativo e/ou subjuntivo que indicam se o enunciado expressa um desejo ou um fato;
- **verbo auxiliar no modal** que indica necessidade ou possibilidade e;
- **oração principal** cujo verbo expressa modalidade.

Fonte: <https://infoenem.com.br/redacao-enem-importancia-dos-modalizadores-linguisticos/>

Perceba que, dentre as alternativas, a única que apresenta um advérbio é a alternativa “a” (apenas).

GABARITO A

16 - (3º SIMULADO GERAL)

TEXTO 4

2



Se seu chuveiro for aquecido a gás, os primeiros minutos até a água esquentar consomem 15 litros. Coloque um balde embaixo do chuveiro para recolher a água fria, que pode ser reutilizada para limpeza

“Se seu chuveiro for aquecido a gás, os primeiros minutos até a água esquentar consomem 15 litros”. Essa frase do texto 5 possui uma inadequação, que é:

- A) a expressão “a gás” deveria vir com acento grave, já que se trata de uma locução adverbial;
- B) a forma verbal “for” deveria ser substituída por “fosse”, já que expressa uma condição futura;
- C) a expressão mais adequada seria “nos primeiros minutos”, com modificação na forma verbal seguinte;
- D) “até a água esquentar” deveria ser substituída por “até que a água esquente”;
- E) a forma verbal “consumem” deveria estar grafada “consumem”.

Comentário

A) a expressão “a gás” deveria vir com acento grave, já que se trata de uma locução adverbial;

INCORRETA. Pois a palavra “gás” é masculina (o gás). E não há crase diante de palavras masculinas.

B) a forma verbal “for” deveria ser substituída por “fosse”, já que expressa uma condição futura;

INCORRETA. Pois o verbo “for” está conjugado corretamente no futuro do subjuntivo.

C) a expressão mais adequada seria “nos primeiros minutos”, com modificação na forma verbal seguinte;

CORRETA. A água vai esquentar **nos** primeiros minutos. E a forma verbal seguinte deve também ser substituída por “em que a água esquentar”.

O correto seria: “nos primeiros minutos em que a água esquentar”

D) “até a água esquentar” deveria ser substituída por “até que a água esquentar”;

INCORRETA. Vide alternativa “c”.

E) a forma verbal “consumem” deveria estar grafada “consoem”.

INCORRETA. Na verdade, a forma verbal “consoem” deveria estar no singular “consoe” para concordar com “chuveiro”. O chuveiro consoe.

GABARITO C

17 - (3º Simulado Geral) “para recolher a água fria”; essa frase do texto, se nominalizada, adquiriria a seguinte forma:

- A) para que se recolha a água fria;
- B) para que se recolhesse a água fria;
- C) para a acolhida da água fria;
- D) para a coleta da água fria;
- E) para que a água fria seja recolhida.

Comentário

Quando a FGV pede para que determinada seja nominalizada, ela quer que substituamos o verbo por um substantivo.

No caso, devemos substituir o verbo “recolher” por um substantivo. A frase nominal é aquela formada sem verbos.

A única alternativa em que a frase foi formada sem verbos é a “d”.

GABARITO D

18 - (3º Simulado Geral) A frase a seguir está formulada no discurso indireto:

“Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite.”

Em discurso direto, a nota de Churchill deveria estar escrita do seguinte modo:

- A) Não poderei comparecer esta noite.
- B) Naquela noite não poderei comparecer.
- C) Nesta noite não vou poder comparecer.
- D) Não vou poder comparecer esta noite.
- E) Essa noite não vou poder comparecer.

Comentário

Vamos retomar a frase:

“Churchill respondeu com uma nota dizendo que não poderia comparecer naquela noite.”

- Perceba que o verbo “poderia” está no futuro do pretérito do indicativo. Transpondo para o discurso direto, esse verbo deve ir para o futuro do presente “poderei”.
- “Naquela noite” se torna “Nesta noite”.

Portanto, o correto seria: Não poderei comparecer esta noite.

FIQUE DE OLHO:

Mudança das pessoas do discurso

Discurso direto	Mudança	Discurso indireto
1.ª pessoa	passa para	3.ª pessoa
pronomes eu, nós	passam para	pronomes ele, ela, eles, elas
pronomes me, mim, comigo, nos, conosco	passam para	pronomes ele, ela, eles, elas, lhe, lhes, se, si, consigo, o, os, a, as
pronomes meu, meus, minha, minhas, nosso, nossos, nossa, nossas	passam para	pronomes seu, seus, sua e suas

Mudança de tempos verbais

Discurso direto	Mudança	Discurso indireto
presente do indicativo	passa para	pretérito imperfeito do indicativo
pretérito perfeito do indicativo	passa para	pretérito mais-que-perfeito do indicativo
futuro do presente do indicativo	passa para	futuro do pretérito do indicativo
presente do subjuntivo	passa para	pretérito imperfeito do subjuntivo
futuro do subjuntivo	passa para	pretérito imperfeito do subjuntivo
imperativo	passa para	pretérito imperfeito do subjuntivo

Mudança na pontuação das frases

Discurso direto	Mudança	Discurso indireto
frases interrogativas (?)	passam para	frases declarativas (.)
frases exclamativas (!)	passam para	frases declarativas (.)
frases imperativas (! ou .)	passam para	frases declarativas (.)

Mudança dos advérbios e adjuntos adverbiais

Discurso direto	Mudança	Discurso indireto
ontem	passa para	no dia anterior
hoje	passa para	naquele dia
agora	passa para	naquele momento
amanhã	passa para	no dia seguinte
aqui, aí, cá	passam para	ali, lá
este, esta, isto	passam para	aquele, aquela, aquilo

Fonte: <https://www.normaculta.com.br/discurso-direto-e-indireto/>

GABARITO A

19 - (3º Simulado Geral) A manchete abaixo em que os termos ligados pela conjunção E mostram a relação lógica de causa e consequência é:

A) Jornal belga recebe ameaça de bomba e funcionários são retirados.

B) Franceses mostram coragem e vão à passeata.

- C) Chargistas criam sindicato e se protegem do terror.
- D) Terrorista dá entrevista e se mostra arrependido pela morte de outro muçulmano.
- E) Jornais árabes condenam atentado e defendem o autêntico Islã.

Comentário

A) Jornal belga recebe ameaça de bomba e funcionários são retirados.

CORRETA. O fato de o jornal belga ter recebido ameaça de bomba fez com que os funcionários fossem retirados.

O fato de: causa

Fez com que: consequência

GABARITO A

20 - (3º Simulado Geral) Assinale a frase em que o emprego do acento grave indicativo da crase é optativo.

- A) Trabalhar às claras.
- B) Comi frango à passarinho.
- C) Dei um prêmio à Margarida.
- D) Cansava-se à proporção que caminhava.
- E) Respondi às perguntas do juiz.

Comentário

A) Trabalhar às claras.

INCORRETA. “às claras” é uma locução adverbial feminina. Crase obrigatória.

B) Comi frango à passarinho.

INCORRETA. Não há crase em ‘frango a passarinho’. A crase só existe quando, ao falarmos de um prato, estiver subentendida a expressão (à moda). Exemplo: frango à milanesa (frango à moda milanesa), ou seja, à moda da cozinha de Milão (Itália). Observe que ‘a passarinho’ quer dizer ‘cortado como se fosse um passarinho’. Nesse caso, não há crase, apenas a preposição.

Fonte: <https://materiais.portuguescompestanda.com.br/frango-a-passarinho-e-bife-a-cavalo-crase/>

C) Dei um prêmio à Margarida.

CORRETA. Há 3 casos clássicos em que a crase é opcional

1º) depois da preposição até

- Ex: Vou até à/a faculdade agora.

2º) antes de nome próprio feminino

- Ex: As encomendas eram feitas à/a Alice.

3º) antes dos pronomes possessivos

- Não iremos à/a tua casa.

D) Cansava-se à proporção que caminhava.

INCORRETA. A crase é obrigatória (e não opcional). A expressão “à proporção que” é uma locução conjuntiva feminina.

E) Respondi às perguntas do juiz.

INCORRETA. O verbo responder empregado no sentido de “dar resposta” é transitivo indireto, exigindo-se a preposição “a”. Eu respondi a algo. Assim, preposição “a” + artigo “a” da palavra feminina “perguntas” = crase.

GABARITO C

21 - (3º Simulado Geral) “Diz-se da melhor companhia: sua conversa é instrutiva; seu silêncio, formativo.”

O emprego da vírgula é justificado na frase acima pela mesma razão em que ocorre na seguinte frase:

- A) “A imaginação não faz castelos no ar, mas transforma cabanas em castelos no ar.”
- B) “O homem ama a companhia, mesmo que seja apenas a de uma vela que queima.”
- C) “Para o desesperado, a partida não parece menos impossível do que o retorno.”
- D) “Ai de quem é só, pois se cai não tem quem o levante.”
- E) “Beber pouco é bom. Não beber, trágico.”

Comentário

“Diz-se da melhor companhia: sua conversa é instrutiva; seu silêncio, formativo.”

Perceba que a vírgula foi usada para omitir o verbo “ser”. Quando isso ocorre, há a presença da figura de linguagem chamada de ELIPSE.

A é uma figura de linguagem que ocorre quando um termo é omitido em um enunciado, mas fica subentendido pelo contexto.

“Diz-se da melhor companhia: sua conversa é instrutiva; seu silêncio, formativo.”

“Diz-se da melhor companhia: sua conversa é instrutiva; seu silêncio é formativo.”

Assim, devemos assinalar a alternativa em que a vírgula foi usada pela mesma razão: omissão do verbo “ser”.

E) “Beber pouco é bom. Não beber, trágico.”

CORRETA.

GABARITO E

22 - (3º Simulado Geral) Algumas frases destacam algum de seus elementos, ganhando valor enfático.

Assinale a opção que não apresenta qualquer termo com essa finalidade.

- A) Seu sócio é que vai ser o mais prejudicado.
- B) Esse sim é verdadeiramente um carro!
- C) Eis aí uma resposta válida!
- D) Ele se calou e foi embora rapidamente.
- E) Isso aí é pura malandragem.

Comentário

A ênfase pode ser transmitida através da entonação de uma palavra ou de uma frase, que pronunciada de forma exagerada ou repetitiva, por meio de um discurso, uma narrativa ou um texto, toma um real destaque. Enfático é um adjetivo que qualifica aquele indivíduo que dá ênfase em algum aspecto de sua explanação.

A) Seu sócio é que vai ser o mais prejudicado.

INCORRETA. Há valor enfático quando utilizamos a locução “é que”. Perceba que há um realce, pois não precisaria ter o verbo “ser” na frase.

B) *Esse sim é verdadeiramente um carro!*

INCORRETA. Há valor enfático no termo “sim”. Perceba que nem precisaria ter essa palavra no texto. Há um valor de ênfase, realce.

C) *Eis aí uma resposta válida!*

INCORRETA. O uso do termo “aí” tem valor enfático.

D) *Ele se calou e foi embora rapidamente.*

CORRETA. Nessa frase, não há nenhum termo com valor enfático.

E) *Isso aí é pura malandragem.*

INCORRETA. O uso do termo “aí” tem valor enfático.

GABARITO D

23 - (3º Simulado Geral) Um texto publicitário de uma empresa brasileira de alimentos diz o seguinte: “DETERMINAÇÃO é ter a paixão em fazer produtos cada vez mais gostosos e com mais qualidade.”

O texto tem a aparência de uma definição, mas não se trata realmente desse tipo de texto; o segmento abaixo que exemplifica corretamente a estrutura de uma definição é:

- A) Saudade é a presença de um ausente.
- B) Amor é tampar os ouvidos dos cães durante os fogos de final de ano.
- C) A renda fixa é o melhor investimento para 2015.
- D) O Brasil é o maior campeão mundial de futebol de todos os tempos;
- E) Um lar sem um cachorro não é um lar.

Comentário

A) *Saudade é a presença de um ausente.*

CORRETA. A única alternativa que corresponde efetivamente a estrutura de uma definição é a letra “a”. De fato, saudade é, segundo o dicionário do Google, o “sentimento melancólico devido ao afastamento de uma pessoa, uma coisa ou um lugar, ou à ausência de experiências prazerosas já vividas.

As demais alternativas possuem a mesma característica do enunciado: tem a aparência de definição, mas não se trata realmente desse tipo de texto:

GABARITO A

24 - (3º Simulado Geral) Assinale a opção em que a palavra sublinhada está empregada em sentido lógico.

- A) “Negar a verdade é um adultério do coração.”
- B) “A vida é uma viagem durante a noite.”
- C) “Viver é jogar pontes sobre os rios que passam.”
- D) “Não se governa com ideias, mas com pessoas.”
- E) “A ingratidão é a amnésia do coração.”

Comentário

D) “Não se governa com ideias, mas com pessoas.”

CORRETA. O sentido lógico é o sentido literal, do dicionário, denotativo. Perceba que o termo “ideias” foi usado no sentido do dicionário.

As demais alternativas utilizaram termos no sentido conotativo, do conto de fadas, sentido figurado.

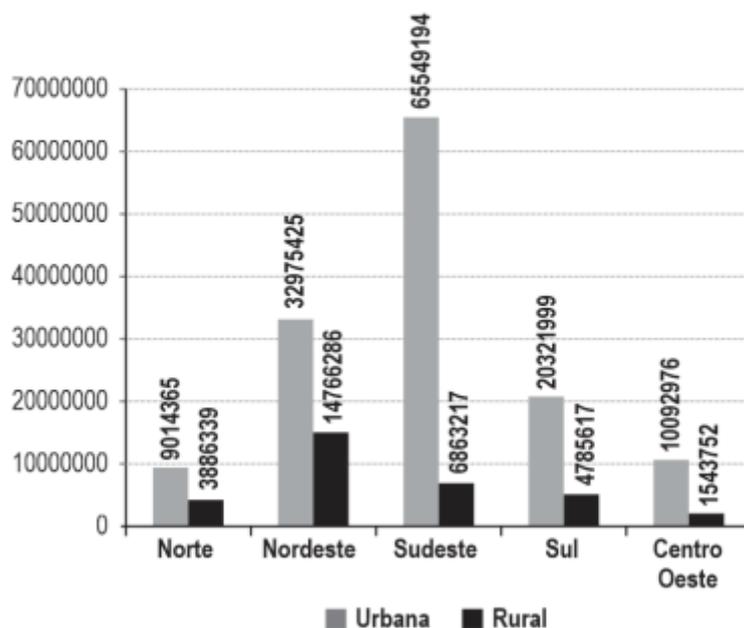
GABARITO D

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

25 - (3º Simulado Geral) Morar no campo ou na cidade é uma dúvida de muitos cidadãos brasileiros. A vida em cidades pequenas proporciona geralmente mais qualidade de vida; entretanto, a oferta de trabalho tem se mostrado cada vez mais insuficiente nessas localidades.

Dados do IBGE mostram que, no ano de 2000, a população concentrava-se, em sua maioria, nos grandes centros. O gráfico a seguir contém informações sobre a população urbana e rural distribuídas pelas regiões brasileiras.

População residente segundo a situação de domicílio Censo de 2000 (IBGE)



Baseando-se nas informações oferecidas pelo gráfico acima, assinale a afirmativa correta.

- A) A região que tem maior população rural é a região Sudeste.
- B) A região Sudeste é a única que tem a maior parte de sua população vivendo em área urbana.
- C) A região que tem a menor diferença entre a população urbana e a rural é a região Centro-Oeste.
- D) De todas as regiões, a que tem menor população rural é a região Centro-Oeste.
- E) De todas as regiões, a que tem menor população urbana é a região Centro-Oeste.

Comentário

Vamos analisar as afirmativas:

~~A) A região que tem maior população rural é a região Sudeste.~~

INCORRETA. Visto que, a região que tem maior população rural é a região Nordeste.

População Rural:

Norte: 3.886.339

Nordeste: 14.766.286

Sudeste: 6.863.217

Sul: 4.785.617

Centro Oeste: 1.543.752

~~B) A região Sudeste é a única que tem a maior parte de sua população vivendo em área urbana.~~

INCORRETA. Pois, todas as regiões têm a maior parte de sua população vivendo em área urbana.

	População Rural	População Urbana
Norte	3.886.339	9.014.365
Nordeste	14.766.286	32.975.425
Sudeste	6.863.217	65.549.194
Sul	4.785.617	20.321.999
Centro Oeste	1.543.752	10.092.976

~~C) A região que tem a menor diferença entre a população urbana e a rural é a região Centro-Oeste.~~

INCORRETA. Pois, a região que tem a menor diferença entre a população urbana e rural é a região Norte.

	Diferença (-)		=
Norte	9.014.365	3.886.339	5.128.026
Nordeste	32.975.425	14.766.286	18.209.139
Sudeste	65.549.194	6.863.217	58.685.977
Sul	20.321.999	4.785.617	15.536.382
Centro Oeste	10.092.976	1.543.752	8.549.224

D) De todas as regiões, a que tem menor população rural é a região Centro-Oeste.

CORRETA. Exatamente.

	População Rural	População Urbana
Norte	3.886.339	9.014.365
Nordeste	14.766.286	32.975.425
Sudeste	6.863.217	65.549.194
Sul	4.785.617	20.321.999
Centro Oeste	1.543.752	10.092.976

~~E) De todas as regiões, a que tem menor população urbana é a região Centro-Oeste.~~

INCORRETA. Visto que, a região com menor população urbana é a região Norte.

	População Rural	População Urbana
Norte	3.886.339	9.014.365
Nordeste	14.766.286	32.975.425
Sudeste	6.863.217	65.549.194
Sul	4.785.617	20.321.999
Centro Oeste	1.543.752	10.092.976

GABARITO D

26 - (3º Simulado Geral) O automóvel de Patrícia tem um consumo de gasolina em estradas de 11km/L. Significa que, para cada 11km que ela percorre, consome 1 litro de gasolina. Patrícia está se organizando para viajar e não ter problemas de ficar sem gasolina.

Assinale a opção que indica a quantidade de gasolina que o automóvel deve consumir para que Patrícia percorra 154km em sua viagem e o gasto total em combustível, considerando que, no posto em que ela vai abastecer, o preço da gasolina é de R\$ 5,03 para cada litro.

- A) 16,5 litros / R\$ 89,25.
- B) 16 litros / R\$ 82,99.
- C) 15 litros / R\$ 79,50.
- D) 15 litros / R\$ 75,45.
- E) 14 litros / R\$ 70,42.

Comentário

Dividindo a distância a ser percorrida pelo consumo do automóvel, descobriremos quantos litros será gasto:

$$154 \div 11 = 14 \text{ litros}$$

Por fim, basta multiplicarmos pelo preço da gasolina:

$$14 \times 5,03 = \text{R\$70,42}$$

GABARITO E

27 - (3º Simulado Geral) Fábio fez um empréstimo de R\$ 10.000,00 em uma financeira que cobra 3% de juros ao mês. Após 30 dias do recebimento do empréstimo Fábio pagou R\$ 3.000,00 para

a financeira, diminuindo sua dívida. Após 30 dias desse primeiro pagamento Fábio fez um pagamento de R\$ 4.000,00 para a financeira e, 30 dias após esse último pagamento, Fábio liquidou sua dívida fazendo o terceiro pagamento à financeira.

O valor do terceiro pagamento de Fábio foi de

- A) R\$ 3.700,00.
- B) R\$ 3.927,27.
- C) R\$ 2.790,00.
- D) R\$ 3.181,70.
- E) R\$ 3.624,57.

Comentário

Empréstimo: R\$10.000,00

Juros: 3%

- Primeiro mês:

Juros: $10000 \times 3\% (3 \div 100 = 0,03) = R\$300,00$

$$R\$10.300,00 - R\$3.000,00 = R\$7.300,00$$

- Segundo mês:

Juros: $7300,00 \times 3\% (3 \div 100 = 0,03) = R\$219,00$

$$R\$7.300,00 + R\$219,00 = R\$7.519,00$$

$$R\$7.519,00 - R\$4.000,00 = R\$3.519,00$$

- Terceiro mês:

Juros: $3519,00 \times 3\% (3 \div 100 = 0,03) = R\$105,57$

$$R\$3.519,00 + R\$105,57 = R\$3.624,57$$

GABARITO E

28 - (3º Simulado Geral) Um encontro de família foi organizado por 5 casais. Cada um desses casais teve 4 filhos, todos casados e com 3 filhos cada um. Todas as pessoas citadas compareceram ao encontro.

O número de pessoas nesse encontro de família é

- A) 70.
- B) 80.
- C) 90.
- D) 100.
- E) 110.

Comentário

Vamos lá!

- 5 casais: $5 \times 2 = 10$ pessoas
- Cada um desses casais teve 4 filhos todos casados: $5 \times 4 = 20$ (filhos) + 20 (cônjuges)
- Com três filhos cada um: $20 \times 3 = 60$ (netos)

O número de pessoas nesse encontro de família é

$$10 + 20 + 20 + 60 = 110 \text{ pessoas}$$

GABARITO E

29 - (3º Simulado Geral) Assinale a opção que mostra o maior dos números abaixo.

- A) 0,559.
- B) 0,568.
- C) 0,74.
- D) 0,2021.
- E) 0,57.

Comentário

Vamos representar cada alternativa:

Igualamos as casas e notamos que a parte inteira de todos os números é igual (0).

Passando para os decimais podemos concluir que o maior número depois da vírgula é o 7, isto é, a resposta correta é **0,74**.

A	0,5590
B	0,5680
C	0,7400
D	0,2021
E	0,5700

GABARITO C

30 - (3º Simulado Geral) Seis máquinas impressoras idênticas são colocadas para trabalhar simultaneamente. Nessas condições, é esperado que elas encerrem uma dada tarefa, trabalhando juntas, em 10 horas. As máquinas operam ininterruptamente durante 4 horas, até que uma delas apresenta defeito e para de trabalhar. As cinco impressoras remanescentes continuam o trabalho, sem parar, mantendo o mesmo ritmo, durante 3 horas, quando outra máquina apresenta defeito. A partir desse instante, as quatro impressoras restantes mantêm o trabalho com a mesma velocidade.

Após a quebra da 2ª impressora, o tempo necessário para que as quatro impressoras disponíveis possam encerrar a tarefa original é de

- A) 4 horas e 45 minutos.
- B) 5 horas.
- C) 5 horas e 15 minutos.
- D) 5 horas e 25 minutos.
- E) 5 horas e 45 minutos.

Comentário

As impressoras trabalharam em 10 horas, isto é, a cada hora as 6 máquinas realizam $1/10$ do trabalho, ou seja, cada impressora opera $1/60$ da demanda.

Após 4 horas, as 6 impressoras terão realizado $4 \times 6 = 24/60$ da demanda.

Adiante, nas 3 horas seguintes 5 impressoras realizaram $3 \times 5 = 15/60$ da demanda. Até o momento (sete horas trabalhadas) temos que $24/60 + 15/60 = 39/60$ foram realizados faltando apenas **21/60** para concluir a demanda.

Após a quebra da 2ª impressora, o tempo necessário para que as quatro impressoras disponíveis possam encerrar a tarefa original é de

$$21 \div 4 = 5,25 \text{ horas que devemos fazer a conversão:}$$

$$0,25 \cdot 60 \text{ (minutos)} = 15 \text{ minutos}$$

5 horas e 15 minutos

GABARITO C

31 - (3º Simulado Geral) Em certa cidade, os taxis cobram R\$ 4,80 de valor inicial (bandeirada) mais R\$ 2,40 por quilômetro rodado. Nessa cidade, Hugo fez um percurso de táxi, sem paradas, e pagou R\$ 36,00 pela corrida.

O número de quilômetros que Hugo percorreu foi

- A) 10,5.
- B) 12.
- C) 13.
- D) 14,5.
- E) 15.

Comentário

Hugo fez um percurso de táxi, sem paradas, e pagou R\$ 36,00 pela corrida onde devemos subtrair a taxa inicial, vejamos:

$$\mathbf{R\$36,00 - 4,80 = R\$31,20}$$

O número de quilômetros que Hugo percorreu foi

$$\mathbf{31,20 \div 2,40 = 13 \text{ km}}$$

GABARITO C

32 - (3º Simulado Geral) Antônio teve seu aluguel reajustado em 10%. O valor do aluguel reajustado é R\$ 2.772,00.

O valor do aluguel de Antônio antes do reajuste era

- A) R\$ 2.072,00.
- B) R\$ 2.494,80.
- C) R\$ 2.520,00.
- D) R\$ 2.507,70.
- E) R\$ 2.527,20.

Comentário

Vamos considerar que o valor do aluguel seja "x" e para aplicarmos o reajuste de 10% devemos multiplicar por 1,10.

O valor reajustado corresponde a R\$2.772,00 montando nossa equação, temos:

$$x \cdot 1,10 = 2772,00$$

$$x = 2772 \div 1,10$$

$$x = \mathbf{R\$2.520,00}$$

GABARITO C

33 - (3º Simulado Geral) Considere verdadeira a proposição "o jogo só será realizado se não chover". Podemos concluir que:

- A) se o jogo é realizado, o tempo é bom.
- B) se o jogo não é realizado, então chove.
- C) se chove, o jogo poderá ser realizado.
- D) se não chove, o jogo será certamente realizado.
- E) se não chove, o jogo não é realizado.

Comentário

Estamos diante de um **condicional** que a palavra "se" indica o antecedente (1ª parte):

"o jogo só será realizado **se** não chover"

Reescrevendo, temos:

Se o jogo é realizado, **então** não chove.

Concluimos que o jogo só será realizado se não chover, logo, analisando as alternativas a que corresponde com nosso enunciado é

“se o jogo é realizado, o tempo é bom.”

GABARITO A

34 - (3º Simulado Geral) Considere a afirmativa a seguir.

(1) “Se tudo der certo, eu viajo amanhã.”

Avalie se as três frases a seguir são negações dessa afirmativa:

- I. Se tudo der certo, eu não viajo amanhã.
- II. Se tudo der errado, eu viajo amanhã.
- III. Se algo der errado, eu não viajo amanhã.

Assim, é correto concluir que:

- A) I, II e III são negações da afirmativa (1).
- B) apenas I é uma negação da afirmativa (1).
- C) apenas II é uma negação da afirmativa (1).
- D) apenas III é uma negação da afirmativa (1).
- E) apenas II não é uma negação da afirmativa (1).

Comentário

Estamos diante de um **condicional**:

“Se tudo der certo, (**então**) eu viajo amanhã.”

Vamos avaliar as três frases a seguir são negações dessa afirmativa:

- I. **Se** tudo der certo, (**então**) eu não viajo amanhã.

V

F

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

II. Se tudo der errado, (então) eu viajo amanhã.

F V

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

III. Se algo der errado, (então) eu não viajo amanhã.

F F

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Assim, é correto concluir que apenas afirmativa I é uma negação (1).

GABARITO B

35 - (3º Simulado Geral) Sabe-se que as 3 afirmações a seguir são verdadeiras:

- Marlene é médica;
- Olga é oftalmologista;
- Priscila não é professora.

É correto concluir que:

- A) Marlene é médica e Olga não é oftalmologista.
- B) Priscila é professora ou Marlene não é médica.
- C) Se Priscila é professora, então Marlene não é médica.

D) Se Priscila não é professora, então Olga não é oftalmologista.

E) Se Olga é oftalmologista, então Marlene não é médica.

Comentário

São verdadeiras as afirmações:

- Marlene é médica;
- Olga é oftalmologista;
- Priscila não é professora.

Vamos analisar as alternativas:

A) ~~Marlene é médica e Olga não é oftalmologista.~~

V

F

INCORRETA. Estamos diante de uma **conjunção** que para ser verdadeira o antecedente e consequente devem ser verdadeiros.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



B) ~~Priscila é professora ou Marlene não é médica.~~

F

F

INCORRETA. Estamos diante de uma **disjunção** que para ser verdadeira pelo menos uma das proposições deve ser verdadeira.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



C) Se Priscila é professora, então Marlene não é médica.

F

F

CORRETA. Estamos diante de um **condicional** que será verdadeiro quando as duas partes forem falsas.

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

~~D) Se Priscila não é professora, então Olga não é oftalmologista.~~

V

F

INCORRETA. Estamos diante de um **condicional** que será falso quando o antecedente for verdadeiro e o conseqüente for falso.

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

~~E) Se Olga é oftalmologista, então Marlene não é médica.~~

V

F

INCORRETA. Estamos diante de um **condicional** que será falso quando o antecedente for verdadeiro e o conseqüente for falso.

p	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

GABARITO C

36 - (3º Simulado Geral) Considere a sentença sobre os números racionais x e y:

$$"x \geq 3 \text{ e } x + y \leq 7"$$

Um cenário no qual a sentença dada é verdadeira é:

- A) x = 3 e y = 2;
- B) x = 3 e y = 7;
- C) x = 2 e y = 5;

D) $x = 4$ e $y = 4$;

E) $x = 5$ e $y = 3$.

Comentário

Todas as alternativas correspondem a uma **conjunção (e)** que será verdadeira se ambas as proposições forem verdadeiras:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Vamos analisar as alternativas:

A) $x = 3$ e $y = 2$;

CORRETA. Três é maior ou igual a três e cinco é menor ou igual a sete.

$$"3 \geq 3 \text{ e } 3 + 2 \leq 7"$$

~~B) $x = 3$ e $y = 7$;~~

INCORRETA. Três é maior ou igual a três e dez não é menor ou igual a sete.

$$"3 \geq 3 \text{ e } 3 + 7 \leq 7"$$

~~C) $x = 2$ e $y = 5$;~~

INCORRETA. Dois não é maior ou igual a três e sete é menor ou igual a sete.

$$"2 \geq 3 \text{ e } 2 + 5 \leq 7"$$

~~D) $x = 4$ e $y = 4$;~~

INCORRETA. Quatro é maior ou igual a três e oito não é menor ou igual a sete.

$$"4 \geq 3 \text{ e } 4 + 4 \leq 7"$$

~~E) $x = 5$ e $y = 3$.~~

INCORRETA. Cinco é maior ou igual a três e oito não é menor ou igual a sete.

$$"5 \geq 3 \text{ e } 5 + 3 \leq 7"$$

GABARITO A

37 - (3º Simulado Geral) Considere a afirmação:

“Se Jonas é um soldado então é forte”.

A negação dessa afirmação é

- A) Jonas é um soldado e não é forte.
- B) Se Jonas não é um soldado então é forte.
- C) Se Jonas é um soldado então não é forte.
- D) Se Jonas não é um soldado então não é forte.
- E) Se Jonas não é forte então não é um soldado.

Comentário

“Se Jonas é um soldado **então** é forte” = $p \rightarrow q$

Estamos diante de um **condicional** que para negarmos devemos manter o antecedente, negarmos o conseqüente e substituímos o conectivo **condicional (Se... então)** pela **conjunção (e)**:

Jonas é um soldado **e** não é forte = $p \wedge \sim q$

GABARITO A

38 - (3º Simulado Geral) Considere a afirmação:

“À noite, todos os gatos são pretos.”

Se essa frase é falsa, é correto concluir que

- A) De dia, todos os gatos são pretos.
- B) À noite, todos os gatos são brancos.
- C) De dia há gatos que não são pretos.
- D) À noite há, pelo menos, um gato que não é preto.

E) À noite nenhum gato é preto.

Comentário

Estamos diante de uma sentença **universal afirmativa**:

*“À noite, **todos os gatos são** pretos.”*

Como o enunciado considerada falsa, será verdadeira a negação dessa sentença que corresponde a uma sentença **particular negativa**.

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

À noite há, **pelo menos, um** gato que **não é** preto.

GABARITO D

39 - (3º Simulado Geral) Em um grupo de 100 profissionais da saúde, 70 gostam de Química e 55 gostam de Física.

O número máximo de profissionais desse grupo que não gostam nem de Química nem de Física é igual a

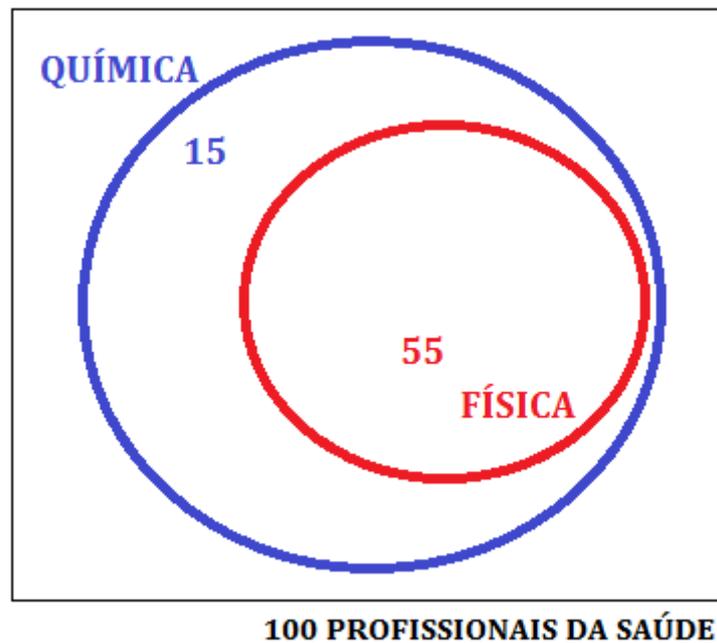
A) 45.

B) 40.

- C) 35.
- D) 30.
- E) 25.

Comentário

Vamos representar as informações através de diagramas com o maior número de profissionais na intersecção das duas áreas:



O número máximo de profissionais desse grupo que não gostam nem de química nem de física é igual a $100 - 55 - 15 = 30$ profissionais

GABARITO D

40 - (3º Simulado Geral) Na sequência a seguir são utilizados apenas os dígitos 1, 2, 3, 4 e 5, e seus elementos obedecem a um determinado padrão.

1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2 1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2 1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2 1 2 1 2 3 4 ...

O 500º termo dessa sequência é:

- A) 1.

- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.
- E) 5.

Comentário

Encontrando a sequência notamos que se repete a cada 12 termos, vejamos:

1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2 **1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2** **1 2 1 2 3 4 5 4 5 4 3 2** 1 2 1 2 3 4 ...

O 500º termo dessa sequência é:

$$500 \div 12 = 41 \text{ com resto } 8$$

$$12 \times 41 = 492 \text{ Termos}$$

Concluimos que, temos 41 ciclos completos e oito termos, ou seja,

493º	494º	495º	496º	497º	498º	499º	500º
1	2	1	2	3	4	5	4

GABARITO D

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41 - (3º Simulado Geral) Joana enviou um e-mail para João como “Para” e adicionou aos destinatários Maria como “Cc” e Gabriel como “Cco”.

Nesse contexto, está correto concluir que

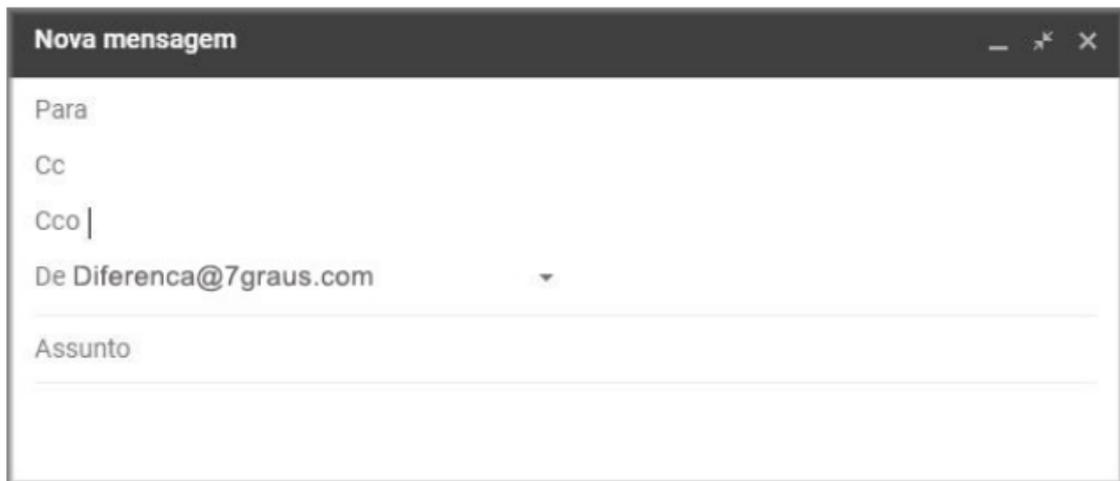
- A) Gabriel não pode deduzir que Maria recebeu o *e-mail*.
- B) Gabriel não pode deduzir que recebeu o *e-mail* como cópia oculta.
- C) João pode deduzir que Gabriel foi copiado.
- D) João pode deduzir que houve uma cópia oculta, mas sem saber para quem.
- E) Se Gabriel responder como “Responder para todos”, somente Joana recebe a resposta.

Comentário

Para, **Cc** e **Cco** são três opções para destinatário de um e-mail. A principal diferença está em quem consegue ver os endereços de quem mais recebeu a mensagem.

	Para	Cc	Cco
Quando é usado	Para enviar ao destinatário original.	Enviado para algum interessado, mas que não é o destinatário principal.	Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu.
Quem vê os destinatários	Todos que recebem esse e-mail conseguem ver quem mais o recebeu.	Todos conseguem ver.	Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta.
Em inglês	To.	Vem do termo em inglês "carbon copy" ou "courtesy copy".	No inglês é usado o termo bcc: "blind carbon copy".

Imagem de exemplo



A imagem mostra uma interface de usuário para criar uma nova mensagem de e-mail. O título da janela é "Nova mensagem". Os campos visíveis são: "Para", "Cc", "Cco", "De Diferenca@7graus.com" (com uma seta para baixo) e "Assunto".

<https://www.diferenca.com/para-cc-e-cco/>

E) Se Gabriel responder como "Responder para todos", somente Joana recebe a resposta.

CORRETA. Visto que, apenas Joana autora do e-mail irá receber a resposta de Gabriel, mesmo que ele utilize o caminho "Responder para todos".

GABARITO E

42 - (3º Simulado Geral) Considere os endereços de e-mail exibidos a seguir.

andre@gmail.com

andre@gmail.com.br

É correto afirmar que

- A) o primeiro é inválido porque não identifica o país onde foi registrado.
- B) o segundo foi registrado no Brasil e o primeiro é universal, pois é registrado automaticamente em todos os países.
- C) o segundo não poderia existir se o primeiro já tivesse sido registrado.
- D) os dois são distintos e válidos, pois e-mails registrados nos Estados Unidos não usam o sufixo de país.
- E) os dois são equivalentes, pois referem-se ao mesmo e-mail.

Comentário

Exemplo de endereço de e-mail:

aprovação@sigaescrevente.com.br

- **aprovação**: corresponde ao nome do usuário;
- **@**: símbolo (arroba);
- **sigaescrevente**: nome do domínio (*host*);
- **com**: categoria do domínio, no caso se trata de atividade comercial, mas temos também, por exemplo ind (indústrias), tur (turismo) etc;
- **br**: indica o país que o domínio foi registrado, no caso o Brasil. **ATENÇÃO:** Vale destacar que quando o registrado se dá no Estados Unidos as letras podem ficar suprimidas.

Vamos analisar as alternativas:

~~**A) o primeiro é inválido porque não identifica o país onde foi registrado.**~~

INCORRETA. Pois, pode estar suprimido tendo o registro realizado nos Estados Unidos.

~~**B) o segundo foi registrado no Brasil e o primeiro é universal, pois é registrado automaticamente em todos os países.**~~

INCORRETA. De fato, o segundo foi registrado no Brasil, mas o primeiro não é universal, apenas nos Estados Unidos podem suprimir a sigla.

~~**C) o segundo não poderia existir se o primeiro já tivesse sido registrado.**~~

INCORRETA. Visto que, ambos podem existir, uma vez que, o primeiro foi registrado nos Estados Unidos e o segundo no Brasil.

D) os dois são distintos e válidos, pois e-mails registrados nos Estados Unidos não usam o sufixo de país.

CORRETA. Exatamente, o primeiro foi registrado nos Estados Unidos e o segundo no Brasil.

~~**E) os dois são equivalentes, pois referem-se ao mesmo e-mail.**~~

INCORRETA. Pois, não foram registrados no mesmo local.

GABARITO D

43 - (3º Simulado Geral) Numa mensagem de e-mail é possível anexar arquivos. Entretanto, alguns tipos de arquivos podem oferecer perigo ao destinatário e são bloqueados pelos servidores de e-mail, como o Gmail, Yahoo, dentre outros.

Assinale o tipo de arquivo que é certamente bloqueado.

- A) .docx
- B) .exe
- C) .gif
- D) .jpg
- E) .txt

Comentário

Inicialmente vamos identificar as extensões das alternativas:

- .docx: é uma extensão para documentos de processamento de texto;
- .exe: é um arquivo de aplicação a ser executado em computador;
- .gif: é um formato de arquivo rasterizado projetado para imagens relativamente básicas que aparecem principalmente na Internet;
- .jpg: é o formato de imagem considerado padrão e o mais utilizados no ambiente digital.
- .txt: é uma extensão de arquivo para arquivos de texto que não contém formatação (ex: sem negrito ou itálico);

Para proteger sua conta, o Gmail não permite que você anexe alguns tipos de arquivo. Para acompanhar a mudança constante de softwares nocivos, o Gmail atualiza frequentemente os tipos de arquivo não permitidos.

Estes são os tipos de arquivo bloqueados pelo Gmail:

.ade, .adp, .apk, .appx, .appxbundle, .bat, .cab, .chm, .cmd, .com, .cpl, .diagcab, .diagcfg, .diagpack, .dll, .dmg, .ex, .ex_, .exe, .hta, .img, .ins, .iso, .isp, .jar, .jnlp, .js, .jse, .lib, .lnk, .mde, .msc, .msi, .msix, .msixbundle, .msp, .mst, .nsh, .pif, .ps1, .scr, .sct, .shb, .sys, .vb, .vbe, .vbs, .vhd, .vxd, .wsc, .wsf, .wsh e .xll

GABARITO B

44 - (3º Simulado Geral) Considere uma pesquisa no Google a partir do texto de busca mostrado a seguir.

Brazil -brasil

Nesse cenário, imagine a presença de cinco páginas hipotéticas da Internet, cada uma com o respectivo conteúdo mostrado no quadro abaixo.

Página	Conteúdo
1	O Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes.
2	Brazil (- Brasil) population: over 200,000,000.
3	Brasil já foi Brazil.
4	Brasil, brasileiro.
5	Brazil, Russia, India, China, South Africa.

Assinale quantas dessas páginas estariam incluídas no resultado da busca.

- A) Zero.
- B) Uma.
- C) Duas.
- D) Três.
- E) Quatro.

Comentário

Analisando o texto inserido na busca: “Brazil -brasil” destacamos o **hífen**, pois sua utilização antes de um texto significa que a palavra não deve ser considerada nas pesquisas, isto é, concluímos que os resultados das páginas conterão a palavra Brazil e não teremos nenhum resultado que contenha a palavra brasil.

De acordo com a tabela, apenas a página 5 será apresentada: Brazil, Russia, India, China, South Africa, ou seja, apenas uma dessas páginas estaria incluídas no resultado da busca.

GABARITO B

45 - (3º Simulado Geral) Os sites da Internet que oferecem navegação mais segura podem ser identificados pelo exame do prefixo da URL de acesso. O prefixo que indica essa condição é:

A) http://

B) https://

C) url:

D) www.

E) @

Comentário

B) https://

CORRETA.

O HTTPS é um protocolo de transferência de dados cuja sigla se refere à *Hyper Text Transfer Protocol Secure* (ou Protocolo de Transferência de Hipertexto Seguro, em tradução direta).

Com base no que foi dito até aqui, você já entendeu que existe mais de um protocolo para essas transferências que acontecem entre redes de computadores que estão conectados pela internet.

O HTTPS é especial porque é uma combinação do HTTP e o SSL (cuja sigla se refere a *Secure Sockets Layers*), uma ferramenta de criptografia de dados. O que faz com que esse protocolo seja o mais seguro atualmente.

E isso acontece justamente em razão da encriptação de páginas e das informações enviadas e recebidas pelos usuários. Além de outras medidas de segurança, como demandar a autenticação dos servidores conectados.

Graças às suas características, o HTTPS se popularizou ao longo dos anos. Além disso, o Google sinaliza (em vermelho e com mensagens de aviso) os sites que não seguem esse protocolo, o que incentiva a mudança.

GABARITO B

46 - (3º Simulado Geral) Sobre as formas de propagação de vírus de computador, analise as afirmativas a seguir.

I. Anexos de *e-mails*.

II. Arquivos de *download* enviados por serviços de compartilhamento de arquivos.

III. Serviços de mensagens, como SMS, na forma de *links* maliciosos.

IV. Software desatualizado, cujas vulnerabilidades podem ser exploradas.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III, somente.

B) I, II e IV, somente.

C) I, II, III e IV.

D) I, III e IV, somente.

E) II, III e IV, somente.

Comentário

Códigos maliciosos (malware) são programas especificamente desenvolvidos para executar ações danosas e atividades maliciosas em um computador. Algumas das diversas formas como os códigos maliciosos podem infectar ou comprometer um computador são:

- pela exploração de vulnerabilidades existentes nos programas instalados;
- pela auto-execução de mídias removíveis infectadas, como pen-drives;
- pelo acesso a páginas Web maliciosas, utilizando navegadores vulneráveis;
- pela ação direta de atacantes que, após invadirem o computador, incluem arquivos contendo códigos maliciosos;
- pela execução de arquivos previamente infectados, obtidos em anexos de mensagens eletrônicas, via mídias removíveis, em páginas Web ou diretamente de outros computadores (através do compartilhamento de recursos).

Os principais tipos de códigos maliciosos existentes são apresentados nas próximas seções.

Vírus é um programa ou parte de um programa de computador, normalmente malicioso, que se propaga inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos.

Para que possa se tornar ativo e dar continuidade ao processo de infecção, o vírus depende da execução do programa ou arquivo hospedeiro, ou seja, para que o seu computador seja infectado é preciso que um programa já infectado seja executado.

O principal meio de propagação de vírus costumava ser os disquetes. Com o tempo, porém, estas mídias caíram em desuso e começaram a surgir novas maneiras, como o envio de e-mail. Atualmente, as mídias removíveis tornaram-se novamente o principal meio de propagação, não mais por disquetes, mas, principalmente, pelo uso de pen-drives.

Há diferentes tipos de vírus. Alguns procuram permanecer ocultos, infectando arquivos do disco e executando uma série de atividades sem o conhecimento do usuário. Há outros que permanecem inativos durante certos períodos, entrando em atividade apenas em datas específicas. Alguns dos tipos de vírus mais comuns são:

Vírus propagado por e-mail: recebido como um arquivo anexo a um e-mail cujo conteúdo tenta induzir o usuário a clicar sobre este arquivo, fazendo com que seja executado. Quando entra em ação, infecta arquivos e programas e envia cópias de si mesmo para os e-mails encontrados nas listas de contatos gravadas no computador.

Vírus de script: escrito em linguagem de script, como VBScript e JavaScript, e recebido ao acessar uma página Web ou por e-mail, como um arquivo anexo ou como parte do próprio e-mail escrito em formato HTML. Pode ser automaticamente executado, dependendo da configuração do navegador Web e do programa leitor de e-mails do usuário.

Vírus de macro: tipo específico de vírus de script, escrito em linguagem de macro, que tenta infectar arquivos manipulados por aplicativos que utilizam esta linguagem como, por exemplo, os que compõe o Microsoft Office (Excel, Word e PowerPoint, entre outros).

Vírus de telefone celular: vírus que se propaga de celular para celular por meio da tecnologia bluetooth ou de mensagens MMS (Multimedia Message Service). A infecção ocorre quando um usuário permite o recebimento de um arquivo infectado e o executa. Após infectar o celular, o vírus pode destruir ou sobrescrever arquivos, remover ou transmitir contatos da agenda, efetuar ligações telefônicas e drenar a carga da bateria, além de tentar se propagar para outros celulares.

Códigos Maliciosos							
	Vírus	Worm	Bot	Trojan	Spyware	Backdoor	Rootkit
Como é obtido:							
Recebido automaticamente pela rede		✓	✓				
Recebido por e-mail	✓	✓	✓	✓	✓		
Baixado de sites na Internet	✓	✓	✓	✓	✓		
Compartilhamento de arquivos	✓	✓	✓	✓	✓		
Uso de mídias removíveis infectadas	✓	✓	✓	✓	✓		
Redes sociais	✓	✓	✓	✓	✓		
Mensagens instantâneas	✓	✓	✓	✓	✓		
Inserido por um invasor		✓	✓	✓	✓	✓	✓
Ação de outro código malicioso		✓	✓	✓	✓	✓	✓

<https://cartilha.cert.br/malware/>

GABARITO C

47 - (3º Simulado Geral) No Windows 10, os aplicativos que manipulam dados normalmente expressam o tamanho de um arquivo pelas unidades KB (kilobyte), MB (megabyte), GB (gigabyte) e TB (terabyte).

Assinale a opção que mostra a equivalência correta entre essas unidades.

- A) 1 GB equivale a 1.024 TB.
- B) 1 GB equivale a 1.048.576 bytes.
- C) 1 MB equivale a 1.024 bytes.
- D) 1 MB equivale a 1.024 KB.
- E) 1 TB equivale a 1.024 MB.

Comentário

Inicialmente vamos destacar que 1 byte é composto por 8 bits.

Abaixo tabela facilitadora:

1 Kilobyte	(KB)	1.024 bytes
1 Megabyte	(MB)	1.024 KB
1 Gigabyte	(GB)	1.024 MB

1 Terabyte	(TB)	1.024 GB
1 Petabyte	(PB)	1.024 TB

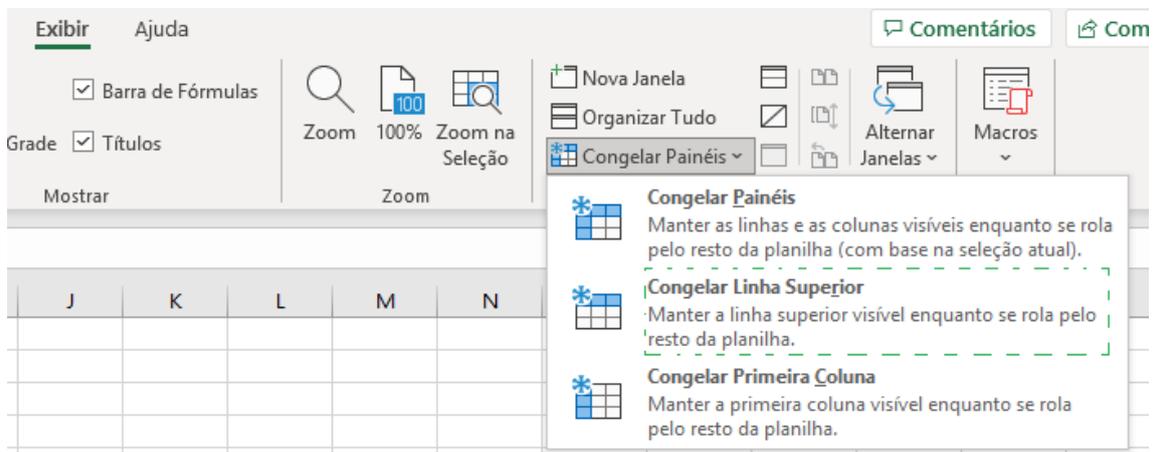
GABARITO D

48 - (3º Simulado Geral) No MS Excel 2010, o recurso *Congelar Linha Superior*, na guia *Exibir*, tem como efeito:

- A) impedir que a formatação da linha superior seja modificada;
- B) impedir que os valores/fórmulas das células da linha superior sejam modificados;
- C) manter a linha superior visível na rolagem da planilha;
- D) travar a rolagem da planilha para baixo;
- E) travar a rolagem da planilha para cima.

Comentário

Congelar Linha Superior permite manter a linha superior visível enquanto se rola pelo resto da planilha.



GABARITO C

DIREITO CONSTITUCIONAL

49 - (3º Simulado Geral) Pedro, morador de uma área carente, recebeu uma carta informando-o que estava em débito com a anuidade da associação de moradores do seu bairro. Ressalte-se que Pedro, no fim do ano anterior, tinha solicitado o seu desligamento da associação, o que foi indeferido sob o argumento de que a associação atuava em benefício dos moradores.

À luz do ocorrido, Pedro procurou a Promotoria de Justiça e solicitou orientação, sendo-lhe informado, corretamente, que o seu requerimento foi indeferido de:

- A) modo correto, pois todos os moradores devem permanecer vinculados à referida associação;
- B) forma equivocada, pois ninguém pode ser obrigado a permanecer associado;
- C) modo correto, pois, como Pedro se associou de modo voluntário, não poderia desligar-se da associação;
- D) forma equivocada, pois a associação de moradores deveria demonstrar que atuou em benefício de Pedro durante o ano;
- E) modo correto, pois o pedido de desligamento só teria eficácia 2 (dois) anos depois.

Comentário

B) forma equivocada, pois ninguém pode ser obrigado a permanecer associado;

CORRETA. De acordo com a Constituição Federal, ninguém poderá ser compelido e permanecer associado, ou seja, se Pedro requereu o seu desligamento da associação, esta deveria ter acolhido o pedido.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

GABARITO B

50 - (3º Simulado Geral) Irineu informou ao seu amigo Edson que pretendia ingressar com uma ação em face do Estado para que lhe fosse oferecido um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. É correto afirmar que os direitos sociais:

- A) podem exigir, para a sua efetividade, o oferecimento de certas prestações por parte do Estado;
- B) não podem beneficiar uma única pessoa, já que são destinados à sociedade;
- C) são emanções diretas da cidadania, a qual permite a integração do indivíduo à sociedade;
- D) asseguram a liberdade do indivíduo perante os poderes constituídos;

E) somente estão ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

Comentário

A) podem exigir, para a sua efetividade, o oferecimento de certas prestações por parte do Estado;

CORRETA. De fato, a concretização dos direitos sociais depende, para a sua efetividade, do oferecimento de certas prestações por parte do Estado.

Ex: Para que o direito à educação seja concretizado, o Estado precisa construir escolas, contratar professores etc. Veja que o direito à educação exige certas prestações (obrigações) do Estado.

O mesmo ocorre com a saúde (precisa construir hospitais, contratar médicos, enfermeiras etc.).

B) não podem beneficiar uma única pessoa, já que são destinados à sociedade;

INCORRETA. Podem beneficiar tanto ao indivíduo quanto à coletividade.

C) são emanções diretas da cidadania, a qual permite a integração do indivíduo à sociedade;

INCORRETA. Emanações diretas da cidadania são os direitos políticos e não os direitos sociais.

D) asseguram a liberdade do indivíduo perante os poderes constituídos;

INCORRETA. Liberdade está ligada aos direitos civis e não aos direitos sociais.

E) somente estão ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

INCORRETA. São assegurados a todos os brasileiros, natos ou naturalizados.

ATENÇÃO! OS DIREITOS SOCIAIS SÃO DE SEGUNDA DIMENSÃO OU GERAÇÃO, OU SEJA, exige-se do Estado um dever de fazer, de agir, um dever prestacional, adotando políticas públicas para garantir e promover tais direitos.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUAS GERAÇÕES OU DIMENSÕES

1) DIREITOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO/GERAÇÃO

Os direitos fundamentais de primeira geração ou dimensão são os direitos individuais com **caráter negativo**, por exigirem diretamente uma **abstenção do Estado**, seu principal destinatário.

Alguns exemplos de direitos fundamentais de primeira geração são:

- O direito à vida;
- O direito à liberdade;
- O direito à propriedade;
- O direito à liberdade de expressão;
- O direito à participação política e religiosa;
- O direito à inviolabilidade de domicílio;
- O direito à liberdade de reunião, entre outros.

2) DIREITOS DE SEGUNDA DIMENSÃO/GERAÇÃO

Ao contrário dos direitos de primeira geração, em que o Estado não deve intervir, nos direitos de segunda geração o Estado passa a ter responsabilidade para a concretização de um ideal de vida digno na sociedade. **Caráter positivo.**

Exemplos de direitos fundamentais de segunda dimensão/geração:

- Direitos sociais
- Direitos econômicos
- Direitos culturais

3) DIREITOS DE TERCEIRA DIMENSÃO/GERAÇÃO

Os direitos fundamentais de terceira geração emergiram após a Segunda Guerra Mundial e estão ligados aos valores de fraternidade ou solidariedade.

São exemplos:

- Direito à paz
- Direito ao meio-ambiente
- Direito ao desenvolvimento
- Direitos do consumidor

São direitos transindividuais, em rol exemplificativo, destinados à proteção do gênero humano. Em caráter de humanismo e universalidade, os direitos fundamentais de terceira geração direcionam-se para a preservação da qualidade de vida, tendo em vista que a globalização a tornou necessária.

GABARITO A

51 - (3º Simulado geral) Paulo, servidor público estadual, foi aprovado em outro concurso público, este último organizado pela União. Ao ser convocado para apresentar os documentos previstos no edital, visando à posse, teve dúvida se poderia acumular os cargos. De acordo com a sistemática constitucional, é correto afirmar que Paulo:

- A) pode acumular os cargos públicos caso haja compatibilidade de horários e um deles seja de professor e, o outro, técnico ou científico;
- B) pode acumular os cargos, quaisquer que sejam eles, desde que haja compatibilidade de horários;
- C) não pode acumular os cargos, quaisquer que sejam eles, ainda que haja compatibilidade de horários;
- D) pode acumular os cargos públicos caso haja compatibilidade de horários e um deles seja de membro do Poder Legislativo e, o outro, de professor;
- E) pode acumular os cargos públicos, quaisquer que sejam eles, desde que haja compatibilidade de horários e ambos estejam na estrutura do Poder Executivo.

Comentário

A) pode acumular os cargos públicos caso haja compatibilidade de horários e um deles seja de professor e, o outro, técnico ou científico;

CORRETA. A FGV adora perguntar sobre as hipóteses em que a Constituição Federal admite a acumulação de cargos públicos:

Art. 37

(...)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

3 CASOS EM QUE A CF ADMITE A ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ART. 37, XVI)



GABARITO A

52 - (3º Simulado geral) Epaminondas, dedicado servidor público, consultou Eustáquio a respeito das situações em que seria possível a decretação da perda do cargo público. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o servidor público, observados os requisitos previstos na ordem jurídica:

- A) somente pode perder o cargo por sentença judicial da qual não caiba mais recurso;
- B) pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho;
- C) somente pode perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar;
- D) pode perder o cargo caso seja preso em flagrante delito por crime inafiançável;
- E) somente pode perder o cargo se a demissão em sede administrativa for confirmada por sentença judicial.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 41, § 1º, da CF/88:

Art. 41

(...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Esquematizando:

ESTABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO (art. 41 da CF)	
1) Como é adquirida?	Após 3 anos de efetivo exercício (servidores efetivos)
2) Há alguma condição para a aquisição?	Sim, é obrigatória a avaliação especial de desempenho
3) Servidor estável pode perder o cargo?	Sim, há 3 hipóteses previstas no art. 41: <ul style="list-style-type: none">• Sentença judicial transitada em julgado• Processo administrativo, assegurada ampla defesa• Procedimento de avaliação periódica de desempenho
4) O que ocorre se a demissão do servidor estável por invalidada por sentença judicial?	<ul style="list-style-type: none">• Será reintegrado• Eventual ocupante, se estável, é reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização• Ou aproveitado em outro cargo• Ou posto em disponibilidade com renumeração proporcional ao tempo de serviço
5) O que ocorre se o cargo for extinto ou for declarada a sua desnecessidade	<ul style="list-style-type: none">• Ele ficará em disponibilidade• Com renumeração proporcional• Até seu adequado aproveitamento

GABARITO B

53 - (3º Simulado Geral) Jean, brasileiro naturalizado, que adquiriu grande popularidade em razão de suas atividades filantrópicas, decidiu concorrer a um cargo eletivo. No entanto, estava em dúvida se concorreria ao cargo de Vice-Presidente da República, de Governador ou Senador.

À luz da sistemática constitucional, Jean poderia concorrer apenas ao(s) cargo(s) de:

- A) Vice-Presidente e Governador;
- B) Governador e Senador;
- C) Vice-Presidente;
- D) Governador;
- E) Senador.

Comentário

Como Jean é brasileiro naturalizado, ele não poderá exercer os cargos privativos de brasileiros natos, a saber:

Art. 12

(...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa.

Portanto, à luz da sistemática constitucional, Jean poderia concorrer apenas ao(s) cargo(s) de: GOVERNADOR E SENADOR.

GABARITO B

54 - (3º Simulado Geral) Hércules é Promotor de Justiça estadual e foi submetido a processo disciplinar pela Corregedoria da sua carreira, no qual foi absolvido. Nessa hipótese, considerando as atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), é correto afirmar que Hércules

A) somente poderá ter revisto seu processo disciplinar se a decisão em âmbito estadual não foi unânime.

B) não poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar pelo CNMP, que não tem competência na matéria disciplinar.

C) poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar a qualquer tempo pelo CNMP, dependente, todavia, de provocação.

D) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que julgado há menos de um ano.

E) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que esgotadas as instâncias judiciais competentes.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do inciso IV do § 2º do art. 130-A da CF/88:

Art. 130-A

(...)

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

(...)

IV - rever, **de ofício ou mediante provocação**, os processos **disciplinares** de membros do Ministério Público da União ou dos Estados **julgados há menos de um ano**;

Vamos às alternativas:

A) somente poderá ter revisto seu processo disciplinar se a decisão em âmbito estadual não foi unânime.

INCORRETA. Não há nada no inciso IV falando que de decisão não unânime. Invenção da Banca.

B) não poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar pelo CNMP, ~~que não tem competência na matéria disciplinar.~~

INCORRETA. Pois tem sim competência na matéria disciplinar.

C) poderá sofrer revisão de seu processo disciplinar ~~a qualquer tempo pelo CNMP, dependente, todavia, de provocação.~~

INCORRETA. Pois não é a qualquer tempo, mas sim somente nos processos disciplinares julgados há menos de um ano. Além disso, não depende de provocação, pois o CNMP pode fazer a revisão de ofício.

D) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, desde que julgado há menos de um ano.

CORRETA. Vide o dispositivo constitucional.

E) poderá ter seu processo disciplinar revisto de ofício ou mediante provocação pelo CNMP, ~~desde que esgotadas as instâncias judiciais competentes.~~

INCORRETA. Não precisa esgotar as instâncias judiciais competentes, pois não há nada no inciso IV dispondo desse modo.

GABARITO D

55 - (3º Simulado Geral) Segundo a Lei Complementar Estadual no 734/1993, o Procurador-Geral de Justiça será substituído em suas faltas, férias, licenças e afastamentos, a qualquer título, por período não superior a 15 (quinze) dias, pelo:

- a) membro do Conselho Superior do Ministério Público mais antigo na segunda instância.
- b) Promotor de Justiça mais antigo em primeira instância.
- c) Subprocurador-Geral de Justiça que indicar.
- d) membro do Colégio de Procuradores de Justiça mais antigo na segunda instância.
- e) membro da Comissão Processante Permanente mais antigo em primeira instância.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do § 2º do art. 9º

Art. 9º

(...)

§ 2º - O Procurador-Geral de Justiça será substituído:

1 - em suas faltas, férias, licenças e afastamentos, a qualquer título, por período não superior a 15 (quinze) dias, pelo Subprocurador-Geral de Justiça que indicar;

2 - nos casos de impedimentos, vacância ou afastamento por período superior a 15 (quinze) dias, pelo membro do Conselho Superior do Ministério Público mais antigo na segunda instância.

GABARITO C

56 - (3º Simulado Gera) Em relação aos meios necessários para o exercício de suas funções investigatórias, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) dispõe que o Ministério Público poderá:

- A) expedir notificações para colher depoimento e, em caso de não comparecimento injustificado, promover condução coercitiva mediante prévia e indispensável autorização judicial;
- B) exigir das autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal documentos, cujas despesas com as cópias serão arcadas pelo erário estadual;
- C) determinar ao Poder Legislativo a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, com vistas à prevenção e controle da criminalidade;
- D) dar publicidade aos procedimentos disciplinares que instaurar, exceto aqueles que apurem prática de crime;
- E) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie.

Comentário

Foi exigido o conhecimento do art. 26:

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere a alínea anterior;

II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, observado o disposto no art. 129, inciso VIII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los;

V - praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório;

VI - dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas;

VII - sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas propostas, destinadas à prevenção e controle da criminalidade;

VIII - manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz, da parte ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção.

Vamos às alternativas:

A) ~~expedir~~ notificações para colher depoimento e, em caso de não comparecimento injustificado, promover condução coercitiva mediante prévia e indispensável autorização judicial;

INCORRETA. Não cabe ao MP realizar por ele próprio a condução coercitiva. Na verdade, ele pode requisitar ao Juiz:

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, **requisitar condução coercitiva**, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

B) ~~exigir~~ das autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal documentos, cujas despesas com as cópias serão arcadas pelo erário estadual;

INCORRETA. O MP pode requisitar informações (e não exigir como constou):

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

C) ~~determinar~~ ao Poder Legislativo a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, com vistas à prevenção e controle da criminalidade;

INCORRETA. Pode SUGERIR e não determinar como constou:

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

(...)

VII - sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas propostas, destinadas à prevenção e controle da criminalidade;

D) dar publicidade aos procedimentos disciplinares que instaurar, exceto aqueles que apurem prática de crime;

INCORRETA. Pois o MP poderá dar publicidade dos procedimentos administrativos NÃO DISCIPLINARES:

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

(...)

VI - dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas;

Ou seja, quando for instaurado procedimento administrativo disciplinar, não é preciso dar publicidade.

E) requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie.

CORRETA.

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

(...)

II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que officie;

GABARITO E

DIREITO ADMINISTRATIVO

57 - (3º Simulado Geral) A Lei Federal nº 8.429/1992 trata dos atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos e os apresenta em três tipos: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Constitui um exemplo de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

- A) agir negligentemente na arrecadação de tributos;
- B) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo;
- C) frustrar a licitude de concurso público;
- D) ordenar a realização de despesas não autorizadas;
- E) usar, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio das entidades públicas.

Comentário

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.

GABARITO E

58 - (3º Simulado Geral) João, servidor público estadual, foi informado de que estava sendo investigado pela possível prática de atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992. Esses atos estariam enquadrados na tipologia do (1) enriquecimento ilícito; (2) do dano ao patrimônio público; e (3) da violação aos princípios regentes da atividade estatal.

À luz da sistemática adotada pelo referido diploma normativo:

- A) as tipologias referidas em 1, 2 e 3 são descritas em rol taxativo;
- B) as tipologias referidas em 1, 2 e 3 são descritas em rol exemplificativo;
- C) apenas as tipologias referidas em 1 e 2 são descritas em rol exemplificativo;
- D) apenas a tipologia referida em 3 é descrita em rol exemplificativo;
- E) apenas as tipologias referidas em 1 e 3 são descritas em rol taxativo.

Comentário

De modo objetivo, rol taxativo é aquele que não admite exceções, nada além do que está previsto, enquanto rol exemplificativo é aquele que serve apenas de exemplo, não vinculando apenas ao que está descrito ali, mas podendo ir além.

Perceba o seguinte:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Observe que a expressão “e notadamente” significa que não são apenas aquelas hipóteses que podem configurar ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito. As hipóteses ali descritas são exemplos, mas pode haver outras hipóteses que ali não foram descritas.

Portanto, trata-se de um rol exemplificativo.

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio,

apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

O mesmo raciocínio vale para o art. 10, ou seja, também é um rol taxativo.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Por outro lado, o art. 11 é um rol taxativo. Veja que ele dispõe que “caracterizada por uma das seguintes condutas”, ou seja, somente aquelas condutas podem configurar o ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.

Portanto:

Ato de Improbidade administrativa	Rol
Enriquecimento ilícito	Exemplificativo
Lesão ao erário	Exemplificativo
Contra os princípios da adm. pública	Taxativo

GABARITO C

59 - (3º Simulado Geral) No que diz respeito à Res. 664-PGJ-CGMP, analise as seguintes assertivas e assinale V (Verdadeiro) ou F (Falso), respectivamente:

- () Não se juntará nenhum documento ou petição nos autos, sem o respectivo termo de juntada.
- () É vedado o lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares ou o uso de sublinhar palavras ou expressões, devendo o Oficial de Promotoria, ao constatar tais irregularidades, comunicá-las ao Promotor de Justiça.
- () Nenhuma diligência ou ato deverá ser realizado sem determinação expressa do presidente da investigação, ainda que se trate de atos de mero expediente, desde que estabelecidos em Portaria expedida pelo Promotor de Justiça.

Está correto o que se afirma em:

- a) F, F e V.
- b) V, F e V.
- c) V, V e F.

d) V, V e V.

e) F. F e F.

Comentário

(V) Não se juntará nenhum documento ou petição nos autos, sem o respectivo termo de juntada.

VERDADEIRA. É o que está descrito no parágrafo único do art. 7º:

Parágrafo único. Não se juntará nenhum documento ou petição nos autos, sem o respectivo termo de juntada.

(V) É vedado o lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares ou o uso de sublinhar 87 palavras ou expressões, devendo o Oficial de Promotoria, ao constatar tais irregularidades, comunicá-las ao Promotor de Justiça.

VERDADEIRA. É o que estabelece o art. 6º:

Art. 6º. É vedado o lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares ou o uso de sublinhar palavras ou expressões, devendo o Oficial de Promotoria, ao constatar tais irregularidades, comunicá-las ao Promotor de Justiça.

III) Nenhuma diligência ou ato deverá ser realizado sem determinação expressa do presidente da investigação, ~~ainda que se trate de atos de mero expediente~~, desde que estabelecidos em Portaria expedida pelo Promotor de Justiça.

FALSA. Os atos de mero expediente são exceções! Ou seja, os atos de mero expediente poderão ser realizados sem determinação expressa do presidente da investigação!

Art. 9º

(...)

§ 3º. Nenhuma diligência ou ato deverá ser realizado sem determinação expressa do presidente da investigação, **ressalvando-se atos de mero expediente, desde que estabelecidos em Portaria expedida pelo Promotor de Justiça**

GABARITO C

60 - (3º Simulado Geral) De acordo com a Resolução n. 1.342, de 01/07/2021, notícia de fato é:

a) investigação administrativa, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido pelo Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

b) instrumento para coleta de provas, dados, informações ou esclarecimentos em inquérito civil, ou com a finalidade de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública e social obedeçam aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e no ordenamento jurídico.

c) é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial.

d) instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

e) qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos e o recebimento de notícias, documentos, requerimentos ou representações.

Comentário

a) investigação administrativa, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido pelo Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

INCORRETA. Esse conceito se refere ao inquérito civil:

Art. 3º. O inquérito civil é investigação administrativa, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido pelo Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

b) instrumento para coleta de provas, dados, informações ou esclarecimentos em inquérito civil, ou com a finalidade de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública e social obedeçam aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e no ordenamento jurídico.

INCORRETA. Esse conceito se refere às audiências públicas:

Art. 4º. **As audiências públicas** são instrumentos para coleta de provas, dados, informações ou esclarecimentos em inquérito civil, ou com a finalidade de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública e social obedeçam aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e no ordenamento jurídico.

Parágrafo único. A audiência pública será organizada e presidida pelo Ministério Público, precedida da publicidade devida.

c) é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial.

INCORRETA. Esse conceito se refere ao compromisso de ajustamento de conduta:

Art. 5º. **O compromisso de ajustamento de conduta** é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial.

d) instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

INCORRETA. Refere-se à recomendação:

Art. 6º. **A recomendação** é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

e) qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos e o recebimento de notícias, documentos, requerimentos ou representações.

CORRETA. De fato, esse conceito se refere à notícia de fato:

Art. 2º. A Notícia de Fato é qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos e o recebimento de notícias, documentos, requerimentos ou representações.

GABARITO E

61 - (3º Simulado Gera) Mário, que ocupava o cargo de contador no Tribunal de Justiça de São Paulo, está aposentado por tempo de serviço há 18 (dezoito) meses. No início do ano de 2018, foi instaurado um processo administrativo no qual foi apurado que ele, durante o período de atividade, aceitou ilegalmente outra função pública. De acordo com o que disciplina a Lei nº 10.261/68, a pena a ser aplicada a Mário será

- A) suspensão do pagamento dos proventos relativos à aposentadoria, por até 6 (seis) meses.
- B) cassação da aposentadoria.
- C) suspensão da aposentadoria e aplicada a pena de demissão.
- D) multa no valor total da remuneração que recebeu em razão da função ilegal.
- E) suspensão da aposentadoria e colocado em disponibilidade.

Comentário

Como restou comprovado que Mário, servidor inativo (aposentado), aceitou, quando em atividade, ilegalmente cargo ou função pública, será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, nos termos do art. 259 da Lei 10.261/68:

Artigo 259 - Será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo:

I - praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta lei a pena de demissão ou de demissão a bem do serviço público;

II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República; e

IV - praticou a usura em qualquer de suas formas.

GABARITO B

62 - (3º Simulado Geral) Promotor de Justiça da Comarca X determina que Oficial de Promotoria, a ele subordinado, destrua um documento, colocando-o em uma fragmentadora de papel. O Oficial de Promotoria percebe que o documento é uma notificação de fato devidamente assinada, que deveria ter sido analisada pelo Promotor de Justiça. O Oficial de Promotoria deverá, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo,

A) cumprir a ordem, pois é dever do servidor público cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho.

B) utilizar-se do documento como papel de rascunho para seu trabalho, considerando que é dever do servidor público zelar pela economia do material do Estado.

C) denunciar o Promotor de Justiça, já que é dever do servidor público representar contra ordens manifestamente ilegais.

D) desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido, destruindo o documento.

E) proceder conforme ordenado pelo Promotor de Justiça, nada dizendo sobre o assunto, pois é dever do servidor público guardar sigilo sobre os assuntos da repartição.

Comentário

C) denunciar o Promotor de Justiça, já que é dever do servidor público representar contra ordens manifestamente ilegais.

CORRETA. Em que pese existir o dever do funcionário de cumprir a ordem de seu superior, tal cumprimento encontra limite quando se tratar de uma ordem manifestamente ilegal, quando ocorreu no nesse caso.

Artigo 241, Lei 10.261/68. São deveres do funcionário:

(...)

II - cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;

GABARITO C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

63 - (3º Simulado Geral) De acordo com o Código de Processo Civil, o Ministério Público, nos casos em que intervém como fiscal da ordem jurídica,

A) não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.

- B) poderá recorrer tanto da sentença quanto das decisões interlocutórias.
- C) poderá se manifestar a qualquer tempo, mas não poderá produzir provas.
- D) gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, benefício que se aplica mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- E) terá vista dos autos sempre antes das partes, podendo recorrer da sentença, mas não de decisões interlocutórias.

Comentário

A) ~~não precisa ser intimado de todos os atos do processo, mas apenas daqueles com conteúdo decisório.~~

INCORRETA. Pois o MP deve ser intimado de todos os atos do processo, não havendo qualquer ressalva:

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

B) poderá recorrer tanto da sentença quanto das decisões interlocutórias.

CORRETA. Nos termos do art. 179, II, do CPC/15:

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

(...)

II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

C) poderá se manifestar a qualquer tempo, mas não poderá produzir provas.

INCORRETA. Pois ao MP é permitido sim produzir provas quando atua como fiscal da ordem jurídica:

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

(...)

II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

D) gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, ~~benefício que se aplica mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.~~

INCORRETA. Pois não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público:

Art. 180

(...)

§ 2º Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.

E) terá vista dos autos ~~sempre antes das partes, podendo recorrer da sentença, mas não de decisões interlocutórias.~~

INCORRETA. O MP terá vista dos autos DEPOIS das partes:

Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:

(...)

I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

GABARITO B

64 - (3º Simulado Geral) Em razão de demora injustificada de magistrado em praticar ato decisório em ação judicial de acordo com prazo determinado pela lei processual, foi apresentada representação, pela parte interessada, ao corregedor do tribunal. Após manifestação prévia do juiz representado, foi instaurado, pelo órgão competente, procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, oportunidade em que, apesar de intimado eletronicamente para se manifestar, o juiz ficou inerte. Posteriormente, foi determinado que o magistrado praticasse, no processo judicial, em até dez dias, o ato que a ele foi incumbido. Em razão de nova inércia do juiz, os autos do processo judicial foram remetidos ao seu substituto legal para prolação de decisão.

De acordo com a situação apresentada, é correto afirmar que

A) o encaminhamento do processo para o substituto legal do magistrado é medida legítima que possui previsão no CPC.

B) o procedimento instaurado para apuração de responsabilidade é nulo porque os prazos do magistrado, em processo judicial, são impróprios.

C) o encaminhamento ao corregedor do tribunal foi equivocado porque, de acordo com o CPC, estamos diante de hipótese de competência exclusiva do Conselho Nacional de Justiça.

D) embora possível a instauração de procedimento administrativo, ocorreu nulidade no momento em que foi feita a intimação do juiz na forma eletrônica, pois a lei veda essa modalidade de comunicação nessa hipótese.

E) a prática de ato judicial não pode ser determinada ao juiz, sob pena de nulidade, no processo judicial, por violação ao devido processo legal.

Comentário

O CPC/15 determina que qualquer parte, o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao corregedor do tribunal ou ao Conselho Nacional de Justiça contra juiz ou relator que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno.

E distribuída a representação, será instaurado procedimento para apuração da responsabilidade, com intimação do representado por meio eletrônico para, querendo, apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias.

Se o denunciado permanecer inerte, no caso o juiz, ele será intimado por meio eletrônico para que, em 10 dias, pratique o ato.

Se mesmo assim ele permanecer inerte novamente, os autos serão remetidos ao substituto legal do juiz ou do relator contra o qual se representou para decisão em 10 (dez) dias.

Art. 235. Qualquer parte, o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao corregedor do tribunal ou ao Conselho Nacional de Justiça contra juiz ou relator que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno.

§ 1º Distribuída a representação ao órgão competente e ouvido previamente o juiz, não sendo caso de arquivamento liminar, será instaurado procedimento para apuração da responsabilidade, com intimação do representado por meio eletrônico para, querendo, apresentar justificativa no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º Sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, em até 48 (quarenta e oito) horas após a apresentação ou não da justificativa de que trata o § 1º, se for o caso, o corregedor do tribunal ou o relator no Conselho Nacional de Justiça determinará a intimação do representado por meio eletrônico para que, em 10 (dez) dias, pratique o ato.

§ 3º Mantida a inércia, os autos serão remetidos ao substituto legal do juiz ou do relator contra o qual se representou para decisão em 10 (dez) dias.

GABARITO A

65 - (3º Simulado Geral) Assinale a alternativa que está em DESACORDO com a Res. nº 125/2010 do CNJ.

- a) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos um servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos.
- b) Cada unidade dos Centros poderá abranger setor de solução de conflitos pré-processual, de solução de conflitos processual e de cidadania.
- c) Nos Centros poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados.
- d) Salvo disposição diversa em regramento local, os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada Tribunal entre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.
- e) Nas comarcas das capitais dos estados, bem como nas comarcas do interior, subseções e regiões judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será concomitante à entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015.

Comentário

a) Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos um servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos.

CORRETA. Nos termos do § 3º do art. 9º:

Art. 9º

(...)

§ 3º Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais **deverão** assegurar que nos Centros **atue ao menos um servidor com dedicação exclusiva**, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para triagem e encaminhamento adequado de casos. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

b) Cada unidade dos Centros poderá abranger setor de solução de conflitos pré-processual, de solução de conflitos processual e de cidadania.

INCORRETA. Não se trata de uma faculdade (“poderá”), mas sim de uma obrigatoriedade (“deverá obrigatoriamente”):

Art. 10. Cada unidade dos Centros **deverá obrigatoriamente** abranger setor de solução de conflitos pré-processual, de solução de conflitos processual e de cidadania. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

c) Nos Centros poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados.

CORRETA. Nos termos do art. 11:

Art. 11. Nos Centros poderão atuar membros do **Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados.**

d) Salvo disposição diversa em regramento local, os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada Tribunal entre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.

CORRETA. Nos termos do § 1º do art. 9º:

Art. 9º

(...)

§ 1º Salvo disposição diversa em regramento local, os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada Tribunal entre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, conforme Anexo I desta Resolução. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

e) Nas comarcas das capitais dos estados, bem como nas comarcas do interior, subseções e regiões judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será concomitante à entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015.

CORRETA. Nos termos do § 5º do art. 8º:

Art. 8º

(...)

§ 5º Nas comarcas das capitais dos estados, bem como nas comarcas do interior, subseções e regiões judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será concomitante à entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015. (Redação dada pela Resolução nº 326, de 26.6.2020)

GABARITO B

66 - (3º Simulado Geral) Sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, salvo em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial.
- b) É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo.
- c) É proibido aos participantes solicitarem orientação jurídica durante o procedimento restaurativo.
- d) O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas, inclusive universidades e instituições de ensino, sendo vedada a atuação de entidades privadas.
- e) Compete ao Ministério Público organizar programa com o objetivo de promover ações de incentivo à Justiça Restaurativa.

Comentário

a) Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, ~~salvo~~ em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial.

INCORRETA. Não há ressalva quanto ao ambiente confidencial:

Art. 2º

(...)

§ 1º Para que o conflito seja trabalhado no âmbito da Justiça Restaurativa, é necessário que as partes reconheçam, **ainda que** em ambiente confidencial incomunicável com a instrução penal, como verdadeiros os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual retorno do conflito ao processo judicial

b) É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo.

CORRETA. Nos termos do § 2º do art. 2º:

Art. 2º

(...)

§ 2º É condição fundamental para que ocorra a prática restaurativa, o prévio consentimento, livre e espontâneo, de todos os seus participantes, assegurada a retratação a qualquer tempo, até a homologação do procedimento restaurativo.

IMPORTANTÍSSIMO: É POSSÍVEL A RETRATAÇÃO ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO RESTAURATIVO.

c) É proibido aos participantes solicitarem orientação jurídica durante o procedimento restaurativo.

INCORRETA. Os participantes têm o direito de solicitar orientação jurídica em qualquer estágio do procedimento:

Art. 2º

(...)

§ 3º Os participantes devem ser informados sobre o procedimento e sobre as possíveis consequências de sua participação, **bem como do seu direito de solicitar orientação jurídica em qualquer estágio do procedimento.**

d) O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas, inclusive universidades e instituições de ensino, sendo vedada a atuação de entidades privadas.

INCORRETA. Pois podemos ter a participação de entidades privadas sim:

Art. 4º. O programa será implementado com a participação de rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas **e privadas parceiras**, inclusive universidades e instituições de ensino, cabendo ao Conselho Nacional de Justiça:

I – assegurar que a atuação de servidores, inclusive indicados por instituições parceiras, na Justiça Restaurativa seja não compulsória e devidamente reconhecida para fins de cômputo da carga horária, e que o exercício das funções de facilitador voluntário seja considerado como tempo de experiência nos concursos para ingresso na Magistratura;

II – buscar a cooperação dos órgãos públicos competentes e das instituições públicas e privadas da área de ensino, para a criação de disciplinas que propiciem o surgimento da

cultura de não-violência e para que nas Escolas Judiciais e da Magistratura, bem como nas capacitações de servidores e nos cursos de formação inicial e continuada, haja módulo voltado à Justiça Restaurativa;

III – estabelecer interlocução com a Ordem dos Advogados do Brasil, as Defensorias Públicas, as Procuradorias, o Ministério Público e as demais instituições relacionadas, estimulando a participação na Justiça Restaurativa e valorizando a atuação na prevenção dos litígios

e) É proibido à autoridade policial sugerir, no Termo Circunstanciado ou no relatório do Inquérito Policial, o encaminhamento do conflito ao procedimento restaurativo.

INCORRETA. É permitido sim:

Art. 7º

(...)

Parágrafo único. A autoridade policial poderá sugerir, no Termo Circunstanciado ou no relatório do Inquérito Policial, o encaminhamento do conflito ao procedimento restaurativo.

GABARITO B

67 - (3º Simulado Geral) Assinale a alternativa que corresponda ao mecanismo de autocomposição recomendado para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal:

- a) Convenções processuais.
- b) Mediação.
- c) Conciliação
- d) Práticas restaurativas
- e) negociação

Comentário

O mecanismo corresponde à negociação, prevista no art. 8º:

Art. 8º A **negociação** é recomendada para as controvérsias ou conflitos em que o Ministério Público possa atuar como parte na defesa de direitos e interesses da sociedade, em

razão de sua condição de representante adequado e legitimado coletivo universal (art. 129, III, da CR/1988);

Parágrafo único. A negociação é recomendada, ainda, para a solução de problemas referentes à formulação de convênios, redes de trabalho e parcerias entre entes públicos e privados, bem como entre os próprios membros do Ministério Público.

GABARITO E

68 - (3º Simulado Geral) A mediação de conflitos é atualmente uma abordagem metodológica de resolução de conflitos que tem como base o consenso, a autocomposição e ao mesmo tempo o distanciamento dos meios adversariais e a judicialização de controvérsias. Foi regulamentada no Brasil pela Lei no 13.140/2015. Alguns de seus princípios estão descritos como:

- A) a boa-fé; a formalidade; a imparcialidade do mediador; a não confidencialidade.
- B) a formalidade; a parcialidade do mediador; a isonomia entre as partes; a não confidencialidade.
- C) a isonomia entre as partes; a oralidade; a informalidade; a confidencialidade.
- D) a isonomia entre as partes; a boa-fé; a parcialidade do mediador; o sigilo.
- E) o sigilo; a formalidade; a parcialidade do mediador; os interesses divergentes entre as partes.

Comentário

Lei 13.140/2015

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

- I - imparcialidade do mediador;**
- II - isonomia entre as partes;**
- III - oralidade;**
- IV - informalidade;**
- V - autonomia da vontade das partes;**
- VI - busca do consenso;**
- VII - confidencialidade;**
- VIII - boa-fé.**

Esquematizando:

PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A MEDIAÇÃO (art. 2º)
I - imparcialidade do mediador;
II - isonomia entre as partes;
III - oralidade;
IV - informalidade;
V - autonomia da vontade das partes;
VI - busca do consenso;
VII - confidencialidade;
VIII - boa-fé.

GABARITO C

DIREITO PENAL

69 - (3º Simulado Geral) Lúcio, ao acompanhar sua esposa a um posto de saúde, apropriou-se de um receituário médico em branco, mas com o carimbo do médico que havia atendido sua esposa. Com o intuito de faltar ao trabalho, ele preencheu o formulário, atestando que deveria ficar cinco dias em repouso.

Nessa situação hipotética, Lúcio praticou o crime de

- A) falsificação material de documento particular.
- B) falsidade ideológica.
- C) falsidade de atestado médico.
- D) falsidade de sinal público.
- E) falsificação material de documento público.

Comentário

Perceba que houve preenchimento de papel em branco, no caso, trata-se de um receituário médico com carimbo do médico.

Nesse caso, 2 situações podem ocorrer:

1ª) Se o papel foi assinado em branco e entregue em confiança a alguém para que o preenchesse posteriormente com determinado conteúdo, mas o agente maliciosamente o fez em desacordo com as instruções recebidas, há crime de falsidade ideológica.

2ª) Se o papel assinado em branco foi obtido de forma ilícita (furto, roubo etc.), o crime é o de falsidade material.

A diferença está em que, no primeiro caso, o documento foi elaborado por quem tinha autorização para fazê-lo, sendo falso apenas o seu conteúdo. No segundo, a assinatura “subtraída” equivale a uma assinatura falsa — o que caracteriza o falso material.

No caso da nossa questão, Lúcio se apropriou, sem autorização, do receituário médico, de forma que restou configurada a falsidade material.

E como se tratava de um posto de saúde, trata-se de documento público.

Portanto, nessa situação hipotética, Lúcio praticou o crime de FALSIFICAÇÃO MATERIAL DE DOCUMENTO PÚBLICO.

GABARITO E

70 - (3º Simulado Geral) Oficial de justiça que deixa de dar cumprimento integral a mandado de penhora em razão de sentir pena do proprietário do bem penhorado comete, em tese, o crime de:

- A) corrupção passiva privilegiada;
- B) abandono de função;
- C) violação de sigilo profissional;
- D) corrupção passiva simples;
- E) prevaricação.

Comentário

No caso da questão, o Oficial de Justiça prevaricou, ou seja, por um sentimento pessoal (pena/dó) deixou de dar cumprimento integral ao mandado de penhora, devendo responder pelo crime de prevaricação, o qual encontra previsão no art. 319 do Código Penal:

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: (Vide ADPF 881)

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR! CRIME DE PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA

Tal crime está previsto no art. 319-A

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007).

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Por que é chamado de prevaricação imprópria pela doutrina?

- Porque, nesse caso, o funcionário age sem a necessidade de motivos particulares aos seus deveres (sentimento ou interesse pessoal).
- Ele apenas deixa de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar.

GABARITO E

71 - (3º Simulado Geral) Em janeiro do corrente ano, no Hospital público estadual, na qualidade de médico do Sistema Único de Saúde, Eduardo exigiu, para si, de Fernando, a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para realizar na paciente, mãe de Fernando, um exame de ressonância magnética, quando esta encontrava-se internada naquele hospital às expensas do Sistema Único de Saúde, responsável por arcar com os custos do procedimento médico. Diante da situação hipotética acima descrita, a conduta praticada pelo médico constituiu o crime de

- A) peculato mediante erro de outrem.
- B) peculato apropriação.
- C) corrupção passiva.
- D) concussão.
- E) excesso de exação.

Comentário

Falou em EXIGIR, falou em CONCUSSÃO:

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

GABARITO D

72 - (3º Simulado Geral) Considere que A seja parado em uma barreira policial e que um policial militar B, ao ver nos documentos de A que o veículo está com inúmeras multas vencidas, sugira que A lhe pague um valor simbólico para poder continuar a viagem. Se B receber de A um valor em reais e, por isso, não realizar a apreensão do veículo, é correto afirmar que, nessa situação,

- A) A pratica corrupção ativa e B pratica concussão.
- B) A e B praticam corrupção ativa.
- C) A pratica corrupção ativa, e B, corrupção passiva.
- D) A e B praticam corrupção passiva.
- E) B pratica corrupção passiva, sendo a conduta de A atípica.

Comentário

Como o policial “sugeriu” uma vantagem indevida, isto é, ele SOLICITOU uma vantagem indevida, ele cometeu o crime de corrupção passiva:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Observe que, por se tratar de um crime forma, a corrupção passiva se consuma no exato momento em que houve a solicitação, ou seja, independe se a pessoa cumpriu ou não a solicitação.

No nosso caso, a pessoa “A” cumpriu a solicitação.

Pergunta que fica: a pessoa “A” ao cumprir a solicitação do policial “B” comete corrupção ativa? E a resposta é NÃOOOO.

Para que seja configurada a corrupção ativa, o agente tem que oferecer ou prometer uma vantagem indevida, o que não ocorreu nesse caso, já que houve apenas entrega do dinheiro solicitado.

Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

E no Código Penal, a conduta do particular que paga o valor solicitado é tida por atípica, uma vez que não há tipo penal que criminalize a conduta de entregar a vantagem solicitada pelo servidor público.

Portanto, B pratica corrupção passiva, sendo a conduta de A atípica.

GABARITO E

73 - (3º Simulado Geral) Tício, Guarda Municipal, encontrava-se em serviço em frente a determinado prédio público, quando verificou que José iniciava uma pichação naquele prédio. Em razão disso, ordenou a José que parasse de imediato e entregasse o material que estava sendo utilizado na pichação. Ocorre que José, para garantir sua fuga, desferiu chutes na canela do funcionário e, de imediato, empreendeu fuga, não vindo a ser alcançado.

Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de José no momento de sua fuga:

- A) configura crime de resistência;
- B) é atípica, pois estava no seu legítimo direito de tentar fugir;
- C) configura crime de desobediência;
- D) configura crime de desacato;
- E) configura crime de desacato impróprio;

Comentário

Se houve violência ou ameaça no descumprimento da ordem legal, restou configurado o crime de resistência:

Resistência

Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena - detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º - Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

GABARITO A

74 - (3º Simulado Geral) Ricardo reside na cidade de São Paulo e acaba testemunhando, da janela de sua residência, o furto de um veículo que estava estacionado na via pública, defronte ao seu imóvel, praticado por dois agentes. Para se vingar do seu desafeto e vizinho Rodolfo e sabendo de sua inocência, Ricardo apresenta uma denúncia anônima à Polícia noticiando que

Rodolfo foi um dos autores do referido crime de furto. A autoridade policial determina a instauração de inquérito policial para apuração da autoria delitiva em relação a Rodolfo. Nesse caso hipotético, Ricardo cometeu crime de

- A) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- B) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa, aumentada de sexta parte, pois serviu-se de anonimato.
- C) denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, sem qualquer majoração.
- D) comunicação falsa de crime, com pena prevista de detenção de um a seis meses ou multa sem qualquer majoração.
- E) falso testemunho.

Comentário

Nesse caso hipotético, Ricardo cometeu crime de denúncia caluniosa, com pena prevista de reclusão de dois a oito anos e multa, aumentada de sexta parte, pois se serviu de anonimato.

Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa **contra alguém, imputando-lhe crime**, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de **que o sabe inocente**: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

GABARITO A

DIREITO PROCESSUAL PENAL

75 - (3º Simulado Geral) Jorge Henrique, 45 anos, capaz, em 2/1/2021, foi vítima de delito de estelionato praticado por Ana Cláudia. Jorge Henrique tomou conhecimento da autoria do delito em 5/1/2021 e, nesse mesmo dia, noticiou os fatos à autoridade policial, com a respectiva representação, tendo sido, em decorrência, instaurado inquérito policial. Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

A) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação até o dia 4/7/2021, independentemente do oferecimento ou não da denúncia.

B) Jorge Henrique não poderá se retratar da representação feita, pois a ação penal, embora seja condicionada, é pública, razão pela qual o Ministério Público é o único dominus litis.

C) Após o oferecimento da denúncia, Jorge Henrique não poderá retratar-se da representação feita.

D) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação a qualquer tempo, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da condenação.

E) Jorge Henrique poderá retratar-se da representação até o dia 1/7/2021, independentemente do oferecimento ou não da denúncia.

Comentário

Jorge Henrique somente poderá se retratar até o oferecimento da denúncia, tendo em vista que após a denúncia, a representação será irretratável, nos termos do art. 25 do CPP:

Art. 25. **A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.**

GABARITO C

76 - (3º Simulado Geral) Jorge foi preso em flagrante pela prática do delito de roubo. Durante as investigações, descobriram-se mais vítimas dessa prática criminosa, angariando-se mais documentação que comprovariam esses demais delitos praticados por Jorge. Como se sabe, esses autos são enviados ao Ministério Público, que é quem tem, por lei, a função privativa de promover a ação penal pública. Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta.

A) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

B) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

C) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 20 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

D) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 10 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

E) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 15 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 30 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

Comentário

Art. 46. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial (art. 16), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

Prazo para o oferecimento da denúncia (art. 46 do CPP)	
Réu preso	5 dias
Réu solto ou afiançado	15 dias

GABARITO A

77 - (3º Simulado Geral) Chega notícia através da Ouvidoria do Ministério Público da prática de determinado crime e que possivelmente haveria omissão da Delegacia de Polícia na apuração. Em razão disso, o Promotor de Justiça instaura procedimento de investigação criminal no âmbito da própria Promotoria. Sobre o poder investigatório do Ministério Público, de acordo com a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, a conduta do promotor foi:

A) ilegal, pois o Ministério Público não tem poder para investigar diretamente e por meio próprio a prática de qualquer crime;

B) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, desde que haja omissão da Polícia Civil, ainda que não exista inquérito policial instaurado anteriormente;

C) ilegal, pois o Ministério Público somente pode investigar diretamente se houver inquérito policial instaurado previamente e confirmada a omissão da autoridade policial;

D) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, respeitados os direitos constitucionais do investigado, assim como eventual foro por prerrogativa de função;

E) ilegal, somente cabendo ao Ministério Público exercer o controle da atividade policial.

Comentário

D) legal, pois tem o Ministério Público poder de investigação direta, respeitados os direitos constitucionais do investigado, assim como eventual foro por prerrogativa de função;

CORRETA. Importante jurisprudência cobrada pela FGV para prova de nível médio.

O SUPREMO TRIBUNLA FEDERAL JÁ DECIDIU QUE “o Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado”.

Veja a ementa do julgado:

“O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/94, artigo 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa instituição”.

STF. Plenário. RE 593727/MG, red. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, julgado em 14/5/2015.

GABARITO D

78 - (3º Simulado Geral) Sobre o instituto da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

- A) em que pese o processo fique suspenso, o prazo prescricional continuará correndo normalmente;
- B) o acusado que vier a ser processado, no curso do prazo de suspensão, pela prática de contravenção não poderá ter o benefício revogado por este motivo;
- C) será cabível seu oferecimento pelo Ministério Público apenas quando praticado crime de menor potencial ofensivo;
- D) o acusado reincidente pela prática de crime doloso não fará jus ao benefício;
- E) o comparecimento pessoal semanal é umas das condições a ser necessariamente aplicada pelo magistrado.

Comentário

A) em que pese o processo fique suspenso, o prazo prescricional continuará correndo normalmente;

INCORRETA. Não corre o prazo da prescrição durante o prazo de suspensão condicional do processo, que pode ser de 2 a 4 anos:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a **suspensão** do processo, **por dois a quatro anos**, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

(...)

§ 6º **Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.**

B) o acusado que vier a ser processado, no curso do prazo de suspensão, pela prática de contravenção não poderá ter o benefício revogado por este motivo;

INCORRETA. Poderá sim ter o seu benefício revogado:

Art. 89

(...)

§ 4º A suspensão **poderá ser revogada** se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

C) será cabível seu oferecimento pelo Ministério Público apenas quando praticado crime de menor potencial ofensivo;

INCORRETA. A suspensão condicional do processo é cabível para crimes cuja pena MÍNIMA não ultrapasse a 1 ano (seja igual ou inferior a 1 ano). Aplica-se a crimes de menor potencial ofensivo também, mas não se limita a eles.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, **abrangidas ou não por esta Lei**, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (Art. 77 do Código Penal).

D) o acusado reincidente pela prática de crime doloso não fará jus ao benefício;

CORRETA. Um dos requisitos que admitem a suspensão condicional do processo é não ter sido condenado por outro crime. Se o acusado é reincidente, quer dizer que ele já foi condenado por outro crime.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado **ou não tenha sido condenado por outro crime**, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (Art. 77 do Código Penal).

E) o comparecimento pessoal semanal é umas das condições a ser necessariamente aplicada pelo magistrado.

INCORRETA. É obrigatório o comparecimento MENSAL:

Art. 89

(...)

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de freqüentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, **mensalmente**, para informar e justificar suas atividades.

GABARITO D

79 – (3º Simulado Geral) Assinale a alternativa correta em relação ao acordo de não persecução penal, nos termos da Resolução nº 1.364/2021.

a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito ou verbalmente pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não pode ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

c) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto no que se refere ao aproveitamento do benefício nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração.

d) É vedado ao órgão de execução do Ministério Público fixar o valor mínimo do dano moral.

e) O acordo de não persecução penal não constitui título executivo de natureza cível apto à execução.

Comentário

a) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito ~~ou verbalmente~~ pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.

INCORRETA. Tem que ser por escrito. O acordo de não persecução penal não pode ser feito verbalmente:

Art. 18

(...)

§ 8º. O acordo de não persecução penal será formalizado **por escrito** e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor. (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022).

b) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não pode ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

INCORRETA. Pode sim:

Art. 18

(...)

§ 12. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado **também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa** para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo. (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

c) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto no que se refere ao aproveitamento do benefício nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração.

CORRETA. Nos termos do § 13 do art. 18:

Art. 18

(...)

§ 7º. O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

(...)

III - ter sido o agente beneficiado nos 05 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; e ; (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

(...)

§ 13. A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal **não constarão de certidão de antecedentes criminais**, exceto para os fins previstos no inciso III do § 7º deste artigo. (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

d) É vedado ao órgão de execução do Ministério Público fixar o valor mínimo do dano moral.

INCORRETA. É autorizado sim, conforme prevê o § 3º do art. 18:

Art. 18

(...)

§ 3º. Considerando que a norma do art. 28-A do Código de Processo Penal não limitou o ressarcimento da vítima em relação aos prejuízos sofridos, o órgão de execução do Ministério Público **pode, diante do caso concreto, fixar o valor mínimo do dano moral.** (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

e) O acordo de não persecução penal não constitui título executivo de natureza cível apto à execução.

INCORRETA. Constitui sim, nos termos do § 4º:

Art. 18

(...)

§ 4º. Com fundamento nos arts. 8º, 141, 356, 492 e 515, III, todos do Código de Processo Civil, aplicados ao Código de Processo Penal (art. 3º), o capítulo do acordo de não persecução penal relativo à composição de danos civis poderá ser pactuado com caráter de autonomia, **constituindo título executivo de natureza cível apto à execução, mesmo na hipótese de posterior descumprimento do acordo.** (Nova Redação dada pela Resolução nº 1.526/2022-PGJ-CPJ, de 11/10/2022)

GABARITO C

80 – (3º Simulado Geral) De acordo com a Resolução n. 1.364/2021, é correto afirmar que:

- a) O procedimento investigatório criminal é instrumento ordinário e desburocratizado de natureza judicial e investigatória, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de iniciativa pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal.
- b) O procedimento investigatório criminal não é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.
- c) Em poder de quaisquer peças de informação, é vedado ao membro do Ministério Público promover o seu arquivamento, sob pena de responsabilidade pessoal.
- d) O procedimento investigatório criminal não poderá ser instaurado de ofício pelo membro do Ministério Público.
- e) A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, exclusivamente, por meio eletrônico.

Comentário

a) O procedimento investigatório criminal é instrumento ~~ordinário~~ e desburocratizado de natureza ~~judicial~~ e investigatória, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de

iniciativa pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal.

INCORRETA. É instrumento SUMÁRIO e de natureza ADMINISTRATIVA:

Art. 1º. O procedimento investigatório criminal é instrumento **sumário** e desburocratizado de natureza **administrativa** e investigatória, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, e terá como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de iniciativa pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal.

b) O procedimento investigatório criminal não é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

CORRETA. É o que estabelece o § 1º do art. 1º:

Art. 1º

(...)

§ 1º. O procedimento investigatório criminal não é condição de procedibilidade ou pressuposto processual para o ajuizamento de ação penal e não exclui a possibilidade de formalização de investigação por outros órgãos legitimados da Administração Pública.

c) Em poder de quaisquer peças de informação, ~~é vedado~~ ao membro do Ministério Público promover o seu arquivamento, sob pena de responsabilidade pessoal.

INCORRETA. O membro do MP pode sim promover o arquivamento:

Art. 2º. Em poder de quaisquer peças de informação, o membro do Ministério Público **poderá:**

I – promover a ação penal cabível;

II – instaurar procedimento investigatório criminal;

III – encaminhar as peças para o Juizado Especial Criminal, caso a infração seja de menor potencial ofensivo;

IV – **promover fundamentadamente o respectivo arquivamento;**

V – requisitar a instauração de inquérito policial, indicando, sempre que possível, a sua capitulação legal e as diligências necessárias à elucidação dos fatos, sem prejuízo daquelas que vierem a ser realizadas por iniciativa da autoridade policial competente.

d) O procedimento investigatório criminal ~~não~~ poderá ser instaurado de ofício pelo membro do Ministério Público.

INCORRETA. Pode sim!!!

Art. 3º. O procedimento investigatório criminal **podará ser instaurado de ofício**, por membro do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições criminais, ao tomar conhecimento de infração penal de iniciativa pública, por qualquer meio, ainda que informal, ou mediante provocação.

e) A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, ~~exclusivamente~~, por meio eletrônico.

INCORRETA. É PREFERENCIALMENTE por meio eletrônico!

Art. 3º

(...)

§1º. A tramitação, a comunicação e a transmissão de peças do procedimento investigatório criminal deverão ocorrer, **preferencialmente**, por meio eletrônico.

GABARITO B

GABARITO

1E	2C	3C	4A	5E	6A	7E	8C	9D	10D
11A	12D	13D	14E	15A	16C	17D	18A	19A	20C
21E	22D	23A	24D	25D	26E	27E	28E	29C	30C
31C	32C	33A	34B	35C	36A	37A	38D	39D	40D
41E	42D	43B	44B	45B	46C	47D	48C	49B	50A
51A	52B	53B	54D	55C	56E	57E	58C	59C	60E
61B	62C	63B	64A	65B	66B	67E	68C	69E	70E
71D	72E	73A	74A	75C	76A	77D	78D	79C	80B